

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf Rafael Fernandes de Souza

**AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS COMO FATOR MULTIPLICADOR DE
FORÇA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR
DA AMAZÔNIA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO**

Rio de Janeiro

2022

Cap Inf Rafael Fernandes de Souza

**AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS COMO FATOR MULTIPLICADOR DE
FORÇA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR
DA AMAZÔNIA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do grau
especialização em Ciências Militares.

Orientador: Maj Inf Mário Paulo Damasceno

Rio de Janeiro

2022



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA/ CURSO DE INFANTARIA

Ao Capitão de Infantaria **RAFAEL FERNANDES DE SOUZA**

O Presidente da Comissão de Avaliação do TCC, cujo título é AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS COMO FATOR MULTIPLICADOR DE FORÇA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO, informa à Vossa Senhoria o seguinte resultado da deliberação: **APROVADO** com o conceito **MUITO BOM**.

Rio de Janeiro, 28, de outubro, de 2022

VINÍCIUS VALVERDE ANDRIES – Maj
Presidente

MÁRIO PAULO DAMASCENO – Maj
1º Membro

VICTOR HUGO DE ALBUQUERQUE DA SILVA – Cap
2º Membro

CIENTE: _____
RAFAEL FERNANDES DE SOUZA – Cap
Postulante

AGRADECIMENTOS

A Deus, general de todos os exércitos, por me permitir realizar esta nobre tarefa e me proporcionar saúde, equilíbrio e força de vontade na minha vida pessoal e profissional.

Aos meus pais, ADEMAR RODRIGUÊS DE SOUZA e IVANI FERNANDES DE SOUZA, a quem devo a minha existência, minha educação e a minha gratidão por todos os ensinamentos, exemplos e orientações ao longo da minha vida, os quais formaram a minha personalidade.

A minha esposa, ANA LUIZA FERNANDES BORGES SANTOS, por me apoiar incondicionalmente em todos os momentos, me confortar nas horas difíceis e entender a minha ausência em determinadas situações em que o lazer foi preterido pelo dever.

Aos irmãos Comandos e Forças Especiais, pelo firme compromisso e contínua dedicação no propósito da missão que sempre será cumprida em qualquer lugar, a qualquer hora e de qualquer maneira

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com materiais, questionamentos e ideias, auxiliando sobremaneira durante a pesquisa de campo necessária para a formulação deste Trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar que as Forças de Operações Especiais possuem o potencial de multiplicar o poder de combate dos Pelotões Especiais de Fronteira que atuam na faixa de fronteira do Comando Militar da Amazônia combatendo o narcotráfico. Expõe-se que as ações realizadas pelas frações orgânicas dos Batalhões de Infantaria de Selva ao tráfico internacional de drogas enquadram-se dentro do contexto de Guerra Irregular e conflito assimétrico de 4ª geração, além de caracterizar o ambiente amazônico e mostrar que a entrada de drogas no Brasil pela sua fronteira norte ainda ocorre em grande escala. O trabalho foi realizado por meio de leitura de documentos referentes aos assuntos citados e a pesquisa de campo foi realizada por intermédio de questionários aplicados a oficiais e praças possuidores do curso de Comandos e/ou Forças Especiais que serviram na 3ª Companhia de Forças Especiais (Cia F Esp), no período de 2018 a 2021, integrando frações de operações especiais, e por oficiais e praças que serviram nos PEF do 8º e do 5º BIS entre os anos de 2018 a 2021. Como conclusão, foi apresentado o resultado dos questionários realizados e diversas ações que visam a aprimorar o adestramento do PEF, assim sendo, trazendo maior efetividade e segurança nas ações das tropas orgânicas do Batalhão de Infantaria de Selva.

Palavras-chaves: Narcotráfico, Forças de Operações Especiais, Adestramento, Pelotão Especial de Fronteira.

ABSTRACT

The main objective of this work is to present that the Special Operations Forces have the potential to multiply the combat power of the Special Border Platoons that operate in the border strip of the Amazon Military Command fighting drug trafficking. It is exposed that the actions carried out by the organic fractions of the Jungle Infantry Battalions to international drug trafficking fall within the context of Irregular War and 4th generation asymmetric conflict, besides characterizing the Amazonian environment and showing that the entry of drugs into Brazil by its northern border still occurs on a large scale. The work was carried out through reading of documents related to the subjects mentioned and the field research was carried out through questionnaires applied to officers and squares possessing the course of Commandos and / or Special Forces who served in the 3rd Special Forces Company (Cia F Esp), in the period from 2018 to 2021, integrating fractions of special operations and by officers and squares that served in the PEF of the 8th and 5th BIS between 2018 and 2021. Conclusion, the results of the questionnaires performed and several actions aimed at improving the training of the PEF were presented, thus bringing greater effectiveness and security in the actions of the organic troops of the BIS.

Keywords: Drug trafficking, Special Operations Forces, Training, Special Border Platoon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 – Organizações Militares subordinadas ao CMA	25
Organograma 2 – Organizações Militares subordinadas ao CMA	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fronteiras do CMA	20
Figura 2 – Faixa de fronteira	21
Figura 3 – Rede hidrográfica.....	22
Figura 4 – Rede hidrográfica amazônica.....	23
Figura 5 – Organizações Militares subordinadas ao CMA.....	24
Figura 6 – Fluxo mundial do tráfico de cocaína	28
Figura 7 – Fluxo do tráfico de cocaína na América	29
Figura 8 – Caracterização do ambiente operacional	33
Figura 9 – Operações com emprego de FOpEsp	35
Figura 10 – Fração básica de emprego.....	36
Figura 11 – Organizações Militares na Amazônia	377
Figura 12 – Organizações Militares na Fronteira.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação do aproveitamento das instruções por parte da tropa, na visão dos F Esp.....	43
Gráfico 2 – A importância do apoio ao adestramento para a tropa de infantaria de selva, na visão dos F Esp.....	44
Gráfico 3 – Nível de operacionalidade da tropa antes do adestramento fornecido pelas FOpEsp, na visão dos F Esp	44
Gráfico 4 – Nível de operacionalidade da tropa após o adestramento fornecido pelas FOpEsp, na visão dos F Esp	45
Gráfico 5 – Tempo de adestramento sugerido pelos militares F Esp à tropa de infantaria de selva, fornecido pelas FOpEsp	45
Gráfico 6 – OM o qual o militar que respondeu o questionário serviu.....	46
Gráfico 7 – Avaliação do aproveitamento das instruções por parte da tropa, na visão dos instruendos.....	46
Gráfico 8 – A importância do apoio ao adestramento para a tropa de infantaria de selva, na visão dos instruendos.....	47
Gráfico 9 – Nível de operacionalidade da tropa antes do adestramento fornecido pelas FOpEsp, na visão dos instruendos	47
Gráfico 10 – Nível de operacionalidade da tropa após o adestramento fornecido pelas FOpEsp, na visão dos instruendos	47
Gráfico 11 – Tempo de adestramento sugerido pelos instruendos à tropa de infantaria de selva, fornecido pelas FopEsp.....	48
Gráfico 12 – Frequência de adestramento sugerido pelos instruendos à tropa de infantaria de selva, fornecido pelas FOpEsp	48
Gráfico 13 – Apreensão de drogas realizada pelos PEF do 8° BIS e 5° BIS, no período 2018 a 2021	49

LISTA DE SIGLAS

ATCI	Ações Táticas em Contato com Inimigo
Bda	Brigada
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
Cia F Esp	Companhia de Forças Especiais
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CTTEP	Programa de Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional
CMA	Comando Militar da Amazônia
COpEsp	Comando de Operações Especiais
DOFEsp	Destacamento Operacional de Forças Especiais
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
FA	Forças Armadas
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FOpEsp	Forças de Operações Especiais
G Irreg	Guerra Irregular
NCET/CMA	Normas de Conduta para Emprego de Tropa do Comando Militar da Amazônia
OM	Organização Militar
Op	Operação
Op C F Irreg	Operação Contra Forças Irregulares
OSP	Orgão de Segurança Pública
PA	Público Alvo
PCBDL	Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
PCI	Posto de Controle e Interdição
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
SCBDL	Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
TAI	Técnica de Ação Imediata
TTP	Técnica Tática e Procedimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA.....	14
1.1.1 Antecedentes do Problema.....	15
1.1.2 Formulação do Problema.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA.....	18
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 O AMBIENTE OPERACIONAL AMAZÔNICO.....	19
2.2 A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NA FAIXA DE FRONTEIRA.....	24
2.3 O NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS.....	27
2.4 A GUERRA IRREGULAR.....	30
2.5 O CONFLITO DE 4 ^a GERAÇÃO.....	32
2.6 AS FOpEsp NA GUERRA IRREGULAR.....	34
2.7 AS FOpEsp NO ADESTRAMENTO DA TROPA DE INFANTARIA DE SELVA.....	37
3 METODOLOGIA	39
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO.....	39
3.2 AMOSTRA.....	39
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.4 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA	41
3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.6 INSTRUMENTOS.....	42
3.7 ANÁLISE DE DADOS.....	42
4 RESULTADOS	43
4.1 CONCLUSÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS OBTIDOS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO PRIMEIRO GRUPO.....	43
4.2 CONCLUSÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS OBTIDOS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO SEGUNDO GRUPO.....	46
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
6 CONCLUSÃO	51

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
APÊNDICE A – Questionário 1.....	57
APÊNDICE B – Questionário 2.....	60

1 INTRODUÇÃO

Os Pelotões Especiais de Fronteira constantemente realizam ações com o intuito de coibir o narcotráfico na faixa de fronteira, em especial na porção norte do país. Nesse contexto, é recorrente o acontecimento de confrontos entre militares do Exército Brasileiro (EB) e os narcotraficantes.

A atividade aconteceu no contexto das recentes ações realizadas pelo 3º Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF), em Vila Bittencourt, quando os militares apreenderam 1.200 kg de “Skank”, um tipo de entorpecente à base de maconha. Os militares do PEF interceptaram uma embarcação colombiana no Rio Japurá, e os traficantes realizaram disparos contra a tropa brasileira. Num vasculhamento realizado de imediato, a embarcação foi encontrada abandonada com os entorpecentes. Durante o confronto, dois militares do Exército foram feridos com maior gravidade, sendo evacuados para Tabatinga, onde foram hospitalizados e não correm risco de morte (DEFESANET, 2018).

A Lei Complementar nº 97/1999, alterada pelas Leis Complementares nº 117 e nº 136, estabelece que cabe às Forças Armadas, sem comprometer sua destinação constitucional, o cumprimento de atribuições subsidiárias definidas no próprio documento. Entre tais ações, encontram-se aquelas relacionadas ao combate aos crimes transnacionais:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I - patrulhamento;

II revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III prisões em flagrante delito (BRASIL, 1999).

O combate ao narcotráfico na fronteira brasileira apresenta características dos conflitos assimétricos de 4ª geração. Conforme enuncia Dunnigan (2008, p. 11):

Cenários estratégicos de conformação difusa, caracterizado por ameaças indefinidas em ambientes operacionais, dentro ou fora do território nacional, nos quais a incerteza e a imprevisibilidade demandarão forças preparadas para o cumprimento de missões diversificadas. Missões essas com um amplo espectro de ameaças que envolvem desde a defesa de interesses nacionais vitais, tais como a manutenção da soberania e da integridade do patrimônio nacional; a garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais; o cumprimento de compromissos internacionais; até a cooperação com o

desenvolvimento e a defesa civil; e a atuação contra delitos além da fronteira e ambientais.

Diante de tal situação, faz-se necessário manter e aprimorar o combate ao tráfico internacional de drogas por parte do Comando Militar da Amazônia (CMA), de maneira a minimizar os danos que dele advêm. Com isso, de forma direta, as Forças de Operações Especiais (FopEsp) e as frações orgânicas dos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) continuarão participando do processo de desarticulação do narcotráfico na faixa de fronteira.

1.1 PROBLEMA

O narcotráfico é uma modalidade que opera por meio de uma rede mundialmente especializada e hierarquizada. Em termos econômicos, caracteriza-se por ser o mais rentável dos crimes. Nesse contexto, a Amazônia brasileira, por suas características fisiográficas e psicossociais, é palco para a ação das redes de narcotráfico que conectam o crime organizado no Brasil aos megatraficantes dos países Andinos.

De acordo com Pregolato Filho (2019, p. 13), “a forma como agem as facções criminosas do tráfico internacional de drogas, por meio de redes dispersas e aproveitando-se da porosidade das fronteiras dos Estados, dificulta sobremaneira o seu combate”.

Nesse cenário, o CMA é um dos responsáveis por realizar a segurança e vigilância de 9.925 quilômetros de fronteira, tendo como países limítrofes a República da Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia.

Eventualmente, o planejamento e o emprego de tropas dos BIS não levam em consideração os conceitos de guerra irregular, demonstrando uma lacuna no conhecimento que se reflete no desempenho não eficiente nas operações. Existem operações em que as FOpEsP apoiam o adestramento da tropa convencional, porém sem embasamento registrado sobre essa forma de emprego.

Considerando o emprego do CMA nas operações de combate ao narcotráfico na faixa de fronteira, tornou-se possível estabelecer as seguintes premissas:

a) o combate ao narcotráfico na fronteira amazônica apresenta características de Guerra irregular e conflito assimétrico de 4ª geração;

b) as FOpEsp são tropas especializadas em Guerra irregular e conflito assimétrico de 4ª geração; e

c) o apoio das FOpEsp no adestramento específico das frações orgânicas dos BIS em operações de combate ao narcotráfico carece de estudo científico.

Por fim, neste trabalho propôs-se o seguinte problema: em que medida o emprego das FOpEsp no adestramento específico dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) contribui para aperfeiçoar o emprego destes no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira amazônica?

1.1.1 Antecedentes do Problema

A presença do EB na faixa de fronteira teve um papel relevante no processo de consolidação dos limites do Estado nacional. Inicialmente, em meados do século XIX, os militares foram deslocados para a fronteira norte brasileira com a preocupação de enfrentar ameaças de natureza geopolítica, oriundas de potenciais interesses externos. A função do Exército era basicamente marcar a soberania nacional no território fronteiriço. Naquele contexto, a noção de fronteira possuía um caráter notadamente político-jurídico, de limite e de divisa.

Com o passar dos anos, verificou-se que o papel da tropa terrestre brasileira não era apenas de natureza geopolítica e de garantir os limites e a divisa territorial com os países vizinhos. A preocupação se tornou mais ampla, principalmente devido ao aumento dos crimes transfronteiriços, cabendo destacar o narcotráfico.

Observa-se que o tráfico internacional de drogas vem aumentando na fronteira norte do Brasil. Há uma estimativa de que 75% das drogas do mundo, principalmente a cocaína, entram pela Amazônia, por meio das fronteiras que interligam o Acre, o Amazonas e parte do Mato Grosso, áreas integrantes da Amazônia Legal.

Coibir a ação dos narcotraficantes nas fronteiras brasileiras é uma questão de segurança pública que não se restringe apenas aos órgãos de segurança pública (OSP), mas também às Forças Armadas (FA). Nesse cenário, observa-se que o EB, juntamente com as demais forças singulares, vem aumentando seu poder de atuação, como retrata a reportagem do site Defesanet (2021): “as Forças Armadas, em ações conjuntas com os órgãos municipais, estaduais e federais de Segurança Pública, apreenderam 50% a mais de drogas em 2021, em comparação com 2020, por meio da Operação Ágata.”

Cabe ressaltar que com o aumento do emprego do EB no combate aos crimes transfronteiriços, há um possível crescimento de conflitos armados entre militares da tropa Brasileira e narcotraficantes. Assim sendo, com intuito de aumentar a segurança dos militares empregados e corroborando com a eficácia de suas ações, verifica-se a necessidade de aprimorar as técnicas, táticas e procedimentos operacionais dos homens e mulheres empregados no combate a tais crimes.

As Ameaças não-Estatais, como a do crime organizado da fronteira norte do CMA, enquadra-se no contexto de Guerra Irregular. Como as FOpEsp são as mais aptas a atuar nesse cenário, é de suma importância que elas sejam responsáveis por aprimorar o adestramento das tropas de infanteria de selva do CMA que estão sendo constantemente empregadas no combate ao narcotráfico.

1.1.2 Formulação do Problema

Diante dessa conjuntura, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida o emprego das FOpEsp no adestramento específico dos PEF contribui para aperfeiçoar o emprego destes no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira amazônica?

1.2 OBJETIVOS

Creswell (2010) afirmava que uma das partes mais importantes do estudo é o objetivo, logo, necessita ser apresentado de forma simples e clara. Ademais, o autor ressalta que devido a essa importância, o objetivo deve ser confeccionado de forma separada e destacado de outros aspectos do estudo, assim sendo, estruturado em um tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). De forma alinhada a esses preceitos, apresenta-se a seguir os objetivos geral e específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a eficiência do apoio das FOpEsp, no período de 2018 a 2021, ao adestramento dos PEF do 5º e 8º BIS, nas operações de combate ao narcotráfico, concluindo sobre sua validade para as próximas operações.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, foram levantados objetivos específicos que conduziram à consecução do objetivo deste estudo, os quais encontram-se transcritos abaixo:

- a) apresentar o ambiente operacional amazônico;
- b) apresentar atuação do PEF na faixa de fronteira do CMA;
- c) apresentar a forma de atuação do narcotráfico na faixa de fronteira do estado do Amazonas;
- d) apresentar a Guerra Irregular;
- e) apresentar o conflito de 4ª geração;
- f) apresentar a forma de emprego das FOpEsp na Guerra Irregular; e
- g) descrever a atuação das FOpEsp no adestramento da tropa de infantaria de selva.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Conforme os objetivos geral e específicos que demarcam este trabalho, foram elaboradas as seguintes questões de estudo:

- a) como se caracteriza o ambiente operacional amazônico?
- b) como se organizam os PEF na faixa de fronteira no estado do Amazonas?
- c) como se caracteriza o narcotráfico na faixa de fronteira do estado do Amazonas?
- d) como se caracteriza a Guerra Irregular?
- e) como se caracteriza a Guerra assimétrica de 4ª geração?
- f) como se caracteriza o emprego das FOpEsp na guerra irregular?
- g) como é organizada a preparação da tropa de infantaria de selva pelas FOpEsp?

1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo o ex-Comandante do Exército Brasileiro, General Villas Bôas (2018a), o crime organizado, em especial o tráfico de drogas, se “transnacionalizou”, sendo atualmente a maior ameaça à soberania nacional, em função dos altos índices de violência que são gerados a partir de tal atividade ilícita (PREGNOLATO FILHO, 2019, p.14).

Ainda, segundo o General Villas Bôas (2018b):

Tratamos das fronteiras e do combate ao crime organizado e às organizações criminosas. Eu tenho muito receio que estas organizações vão se estruturando, se ampliando, ganhando caráter nacional e internacional e, inclusive, elas aumentam sua capacidade de contaminar outras instituições.

Observa-se, que a bacia amazônica vem se tornando um imenso trajeto de entorpecentes que alimenta o mercado interno brasileiro e exporta para outros países, como Estados Unidos, e continentes, como Europa e África.

Nesse cenário, o CMA, por meio de suas frações orgânicas, em especial os PEF, atua em operações de combate ao narcotráfico a fim de garantir a segurança na faixa de fronteira sob sua responsabilidade e contribuir para a diminuição de ilícitos transfronteiriços que repercutem sobre a criminalidade no Brasil.

O Plano Estratégico do Exército (PEEx), no objetivo estratégico do Exército 05, apresenta a seguinte proposta:

MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT) - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE:
 5.1 AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRONTA RESPOSTA DA FORÇA TERRESTRE;
 5.2 APERFEIÇOAMENTO DO PREPARO DA FORÇA TERRESTRE; e
 5.3 AUMENTO DA EFETIVIDADE DO EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE (BRASIL, 2020 p. 21).

Sendo assim, analisando-se os *modus operandi* do narcotráfico na região de fronteira amazônica, que se caracteriza por ser um conflito de 4ª geração, no qual as FOPEsp são especialistas, e alinhado com o presente PEEx e com a doutrina de emprego das FOPEsp, conclui-se que estas podem auxiliar no aperfeiçoamento do preparo dos BIS, a fim de aumentar a capacidade de pronta resposta e efetividade dos mesmos em ações de combate às atividades ilícitas na faixa de fronteira do CMA, em especial o narcotráfico.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este tópico aborda os principais conceitos que nortearam a consecução da presente pesquisa.

No intuito de se obter um entendimento do problema considerado, fez-se necessária a compreensão de alguns conceitos doutrinários, que serão apresentados de forma simples e objetiva e que foram buscados em diversos documentos. Para este fim, a seção foi dividida em sete subseções, sendo elas: “O Ambiente Operacional Amazônico”, “A Atuação dos PEF na faixa de fronteira”, “O narcotráfico na faixa de fronteira do estado do Amazonas”, “A Guerra Irregular”, “O Conflito de 4ª Geração”, “As FOpEsp na Guerra Irregular” e “As FOpEsp no adestramento da tropa convencional”.

2.1 O AMBIENTE OPERACIONAL AMAZÔNICO

O Ambiente Operacional Amazônico apresentado no presente estudo é delimitado pela área de responsabilidade do CMA. O CMA faz fronteira com diversos países da América do Sul, sendo que a faixa de fronteira é a zona de ação dos PEF, tropa ponta de lança do EB no combate aos crimes transfronteiriços.

Uma das fontes de consulta sobre a demarcação de fronteira é o Ministério das Relações Exteriores. Este instituto possui dois órgãos que têm como uma das responsabilidades acompanhar e manter um banco de dados que rege sobre a marcação das linhas de fronteiras do Brasil. Esses órgãos são a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCBDL), localizada em Belém - PA, e a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCBDL), sediada no Rio de Janeiro - RJ.

A PCBDL (BRASIL, 2018) e a SCBDL (BRASIL, 2018a) informam que o CMA faz fronteira com cinco países (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana), percorrendo um total de 9.882km, como está retratado na Figura 1:

País	Estado que faz fronteira	Tipo de fronteira			Distância total com o estado	Distância total por país
		Rios e Canais	Linha Geodésica	Divisor de Águas		
BOLÍVIA	Acre e Rondônia	2049Km	31Km	-	2080Km	2080Km
PERU	Acre	573Km	283Km	709Km	1565 km	2995km
	Amazonas	1430Km	-	-	1430km	
COLÔMBIA	Amazonas	809Km	612Km	223Km	1644Km	1644Km
VENEZUELA	Amazonas	-	90Km	706Km	796Km	2199Km
	Roraima	-	-	1403Km	1403Km	
GUIANA	Roraima	698Km	-	266Km	964Km	964Km
Totais	-	5559Km	1016Km	3307Km	-	9882Km

Figura 1 – Fronteiras do CMA

Fonte: PCBDL e SCBDL

Os números representados na Figura 1 mostram a dimensão da fronteira na qual o CMA é responsável por manter a segurança e a soberania nacional. No entanto, cabe ressaltar que o ambiente operacional em estudo não se limita à linha de fronteira, mas se estende por toda a faixa de fronteira. Segundo a Constituição Federal, em seu Art. 20, parágrafo 2º, esta faixa projeta-se “até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres” (BRASIL, 2017, p. 32). Sendo que essa faixa, pelo Ministério da Integração (BRASIL, 2005, p. 52), dividiu-se em oito sub-regiões. Dessas, o CMA possui como área de responsabilidade um total de sete, da II a VIII.

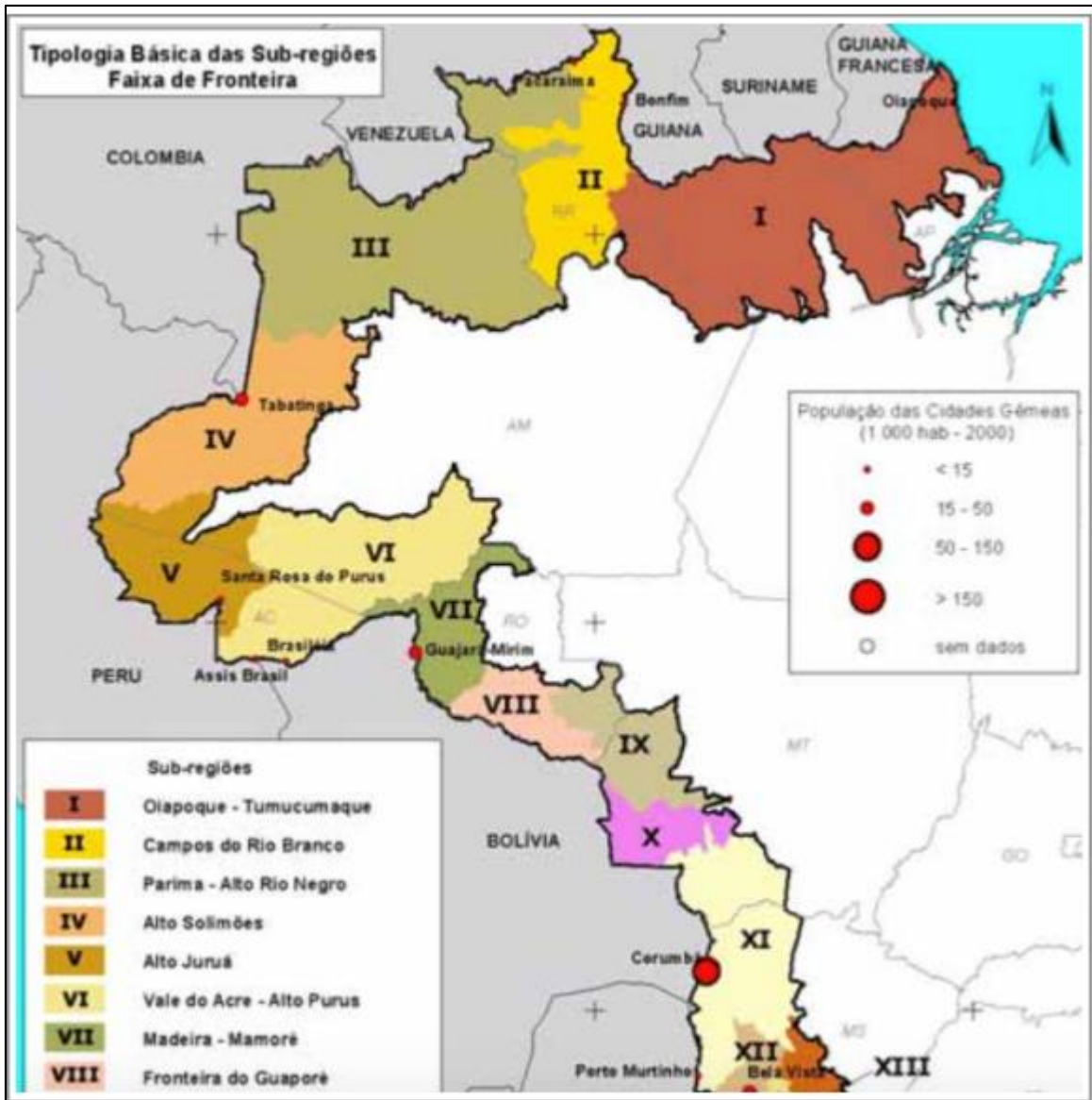


Figura 2 – Faixa de fronteira
Fonte: Ministério da Integração

Nesse ambiente operacional, cabe ainda destacar a hidrografia. A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, sendo que seu principal rio é o Amazonas. Assim, devido ao volume das águas e a sua capilaridade, os rios da região se tornam a melhor opção para o transporte e interação entre as comunidades ribeirinhas. Desta forma, boa parte do transporte de tropas na faixa de fronteira do CMA é feito através dos rios da região. Isso implica na necessidade de adestramento da tropa de infantaria de selva, conhecimento minucioso da rede fluvial e material específico.

Não obstante, os rios são frequentemente utilizados pelos narcotraficantes para o escoamento de entorpecentes. Sendo que, na grande maioria das vezes, o

transporte de ilícitos é realizado por habitante local cooptado pelo tráfico internacional de drogas. Ademais, algumas vezes, quando o valor da carga de entorpecentes transportada é alto, grupos armados são responsáveis por fazer a segurança do transporte, como por exemplo dissidentes das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Referente à parte hidrográfica, que está representada nas Figuras 3 e 4, na Amazônia está localizada a maior bacia hidrográfica do planeta, a do rio Amazonas. Além disso, a água presente nos diversos cursos de água existentes na região é responsável por inúmeros dos eventos peculiares que ocorrem na maior floresta tropical do mundo. A via de transporte mais utilizada é a aquática, devido à quantidade de cursos de água existentes e à falta de vias pavimentadas ou pista de pouso de aeronaves.

Além disso, é possível observar a capilaridade dos rios na região Amazônica, que em sua maioria nascem nos países vizinhos e entram em território brasileiro. Assim sendo, confirma-se a imensidão dos rios e quão difícil é sua fiscalização.



Figura 3 – Rede hidrográfica

Fonte: *Online Maps*

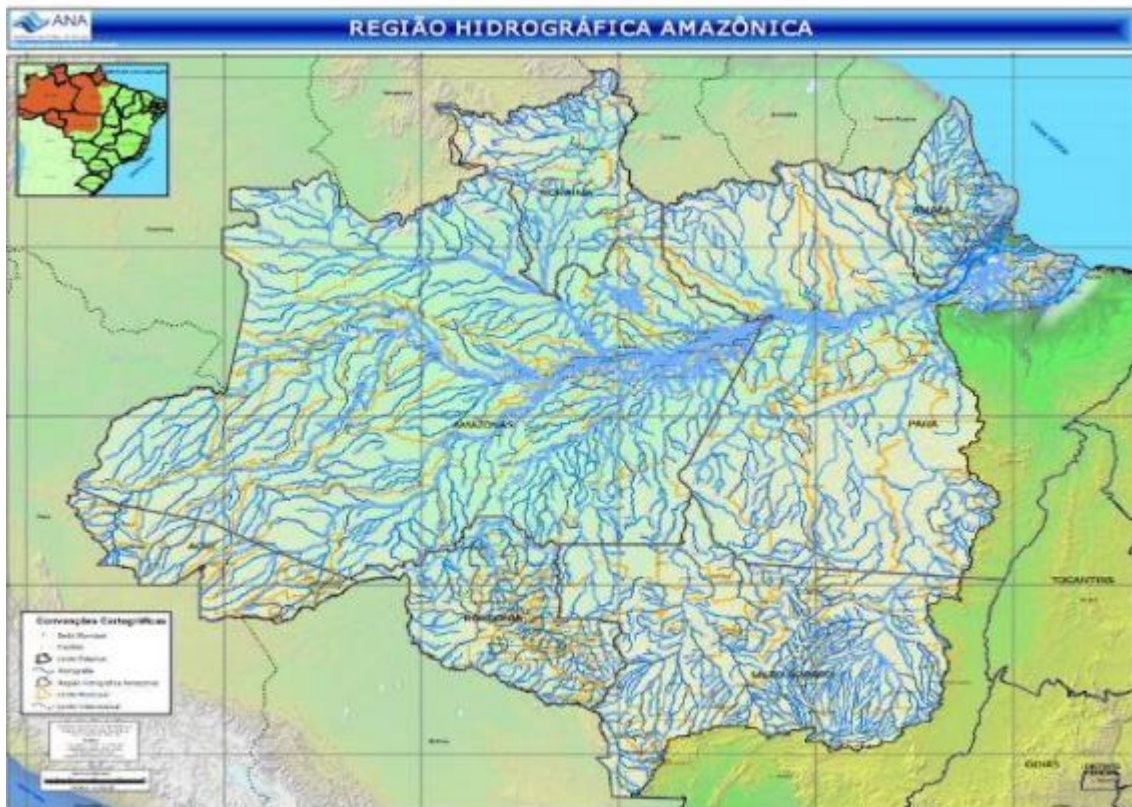


Figura 4 – Rede hidrográfica amazônica

Fonte: Todamateria (2019)

A área de operações estudada apresenta vulnerabilidades, como apresentado por Rocha Neto (2003, p. 28):

- Baixa densidade demográfica, com reduzida população concentrando-se em poucos centros urbanos;
- Complexidade do controle dos tráfegos aéreos, terrestre e fluvial;
- Insuficiência de meios militares para uma ação de presença efetiva em uma área de extensão equivalente à metade do território brasileiro, fazendo fronteira terrestre com sete países de diferentes matizes sócio-político-econômicos;
- A instabilidade em determinadas zonas de fronteira, devido à atuação de bandos armados, alguns associados a ilícitos transfronteiriços;
- A fraca presença de Estado na área, notadamente nas regiões de fronteira, dificultando o controle das reservas indígenas, da pesquisa e exploração dos recursos naturais, da ação de grupos estrangeiros e da preservação do meio-ambiente; e
- A precariedade da infra-estrutura existente, particularmente de transportes e comunicações.

Ao final da caracterização da área de operações, pode-se chegar a algumas conclusões. Inicialmente, trata-se de uma área geográfica que se destaca por fazer divisa com diversos países, uma grande dimensão e baixa densidade demográfica, onde a população, normalmente, reside concentrada às margens dos rios. Estes, por sua vez, em sua grande maioria, nascem nos países vizinhos e são as principais vias

de acesso da região. Com isso, é necessário que os militares que fazem parte das Organizações Militares (OM) responsáveis por essa zona de ação tenham adestramento e material específico, a fim de manter a soberania nacional.

2.2 A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NA FAIXA DE FRONTEIRA

Inicialmente, a fim de abordar a atuação dos PEF, cabe destacar o CMA e os BIS nos quais os PEF estão enquadrados.

De acordo com sua página oficial, o CMA detém em sua estrutura organizacional quatro Brigadas de Infantaria de Selva (Bda Inf SI). A 1ª Bda Inf SI possui sua sede em Boa Vista - RR e sua área de atuação se resume a todo o Estado de Roraima; a 2ª Bda Inf SI tem sede em São Gabriel da Cachoeira - AM; a 16ª Bda Inf SI opera no Estado do Amazonas e possui sua sede em Tefé - AM; a 17ª Bda Inf SI possui sua sede em Porto Velho - RO e opera nos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas, como pode ser observado na Figura 5. Além das OM citadas, cabe destacar a 3ª Companhia de Forças Especiais, com sede em Manaus – AM, que opera em apoio a todas as Bda Inf SI do CMA.

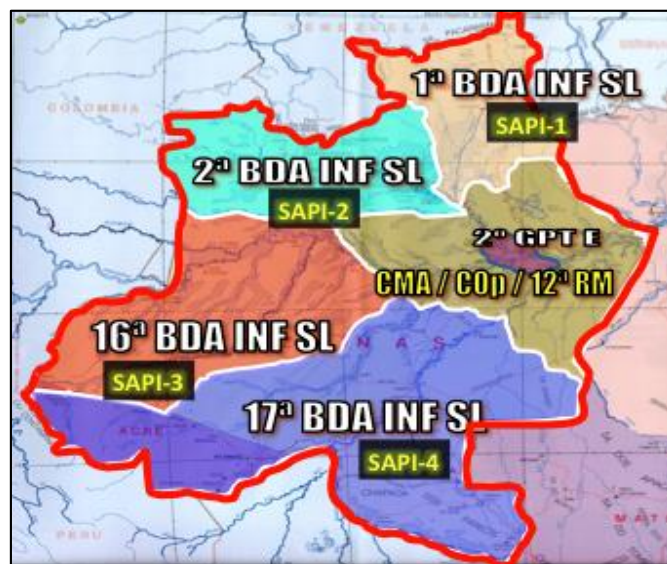
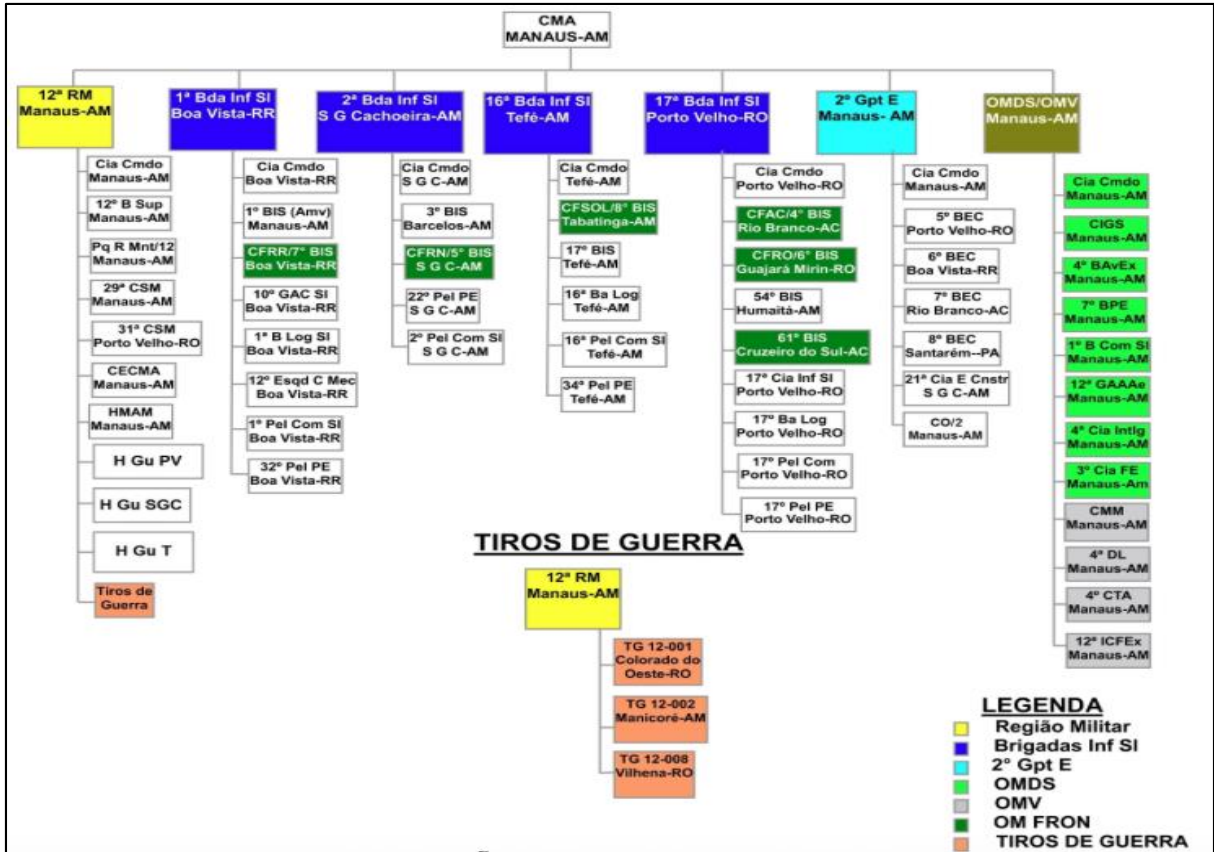
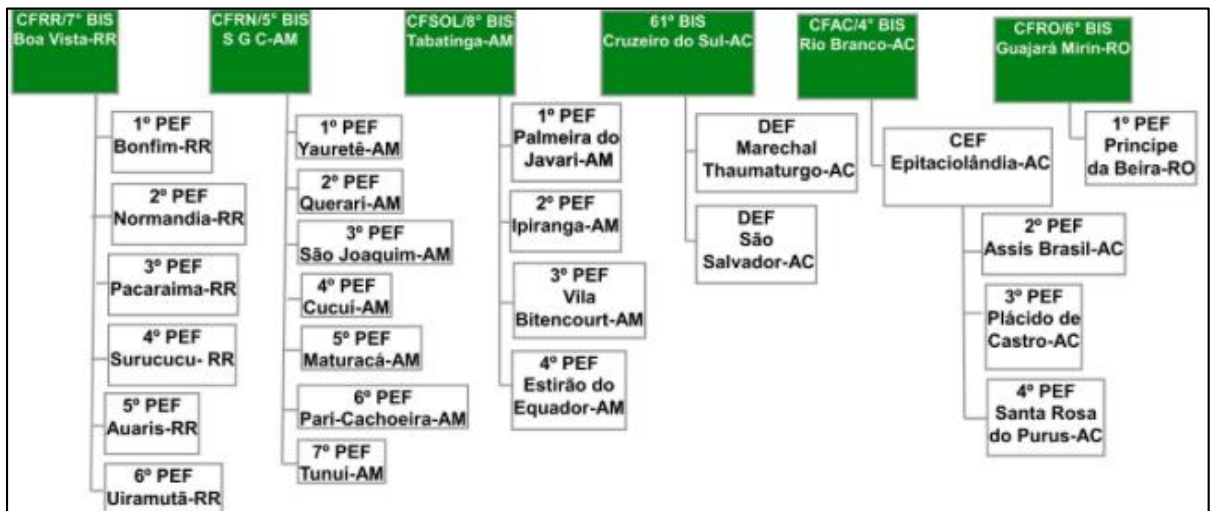


Figura 5 – Organizações Militares subordinadas ao CMA
Fonte: Seção de Inteligência do CMA (2015)

Nos Organogramas 1 e 2 abaixo, estão representadas as OM do CMA, bem como os PEF enquadrados em cada Comando de Fronteira.



Organograma 1 – Organizações Militares subordinadas ao CMA
 Fonte: Comando Militar da Amazônia (2015)



Organograma 2 – Organizações Militares subordinadas ao CMA
 Fonte: Comando Militar da Amazônia (2015)

A fim de garantir a presença física de agentes do Estado nos mais longínquos e inóspitos povoados ao longo da região da Amazônia, foram criados os PEF. Estes atuam de maneira repressiva e inibidora frente aos ilícitos praticados na região e são fundamentais para a permanente fiscalização e controle de pontos estratégicos.

OS PEF são compostos, em média, por 50 militares, distribuídos em pontos estratégicos de fronteira, quase sempre localizados à beira dos grandes rios amazônicos, geralmente os únicos meios de locomoção em superfície. Os PEF são considerados uma espécie de vanguarda avançada do CMA.

Como apresenta Brasil (2014b, p. 14):

A missão dos PEF envolve o campo militar (Combate), a sobrevivência (Vida) e a execução de serviços diversos (Trabalho) em favor da Organização Militar e da comunidade civil que vive nas imediações dos respectivos aquartelamentos.

Segundo o Guia do Cmt PEF (BRASIL, 2014b, p.14) deve ser dada prioridade para a missão de Combate.

Sendo assim, o PEF é normalmente empregado isolado em ambiente de selva, devendo estar apto a cumprir as seguintes missões:

- 1) vigiar pontos ou frentes limitadas;
- 2) reconhecer área, frente, eixo fluvial ou terrestre, dentro de sua área de atuação;
- 3) defender as suas instalações contra a ação de Forças Adversas;
- 4) controlar a utilização do campo de pouso do PEF;
- 5) controlar a pista de pouso na sua área;
- 6) realizar as medidas de controle no solo, quando a defesa aérea, realizando as medidas de policiamento do espaço aéreo, obrigar alguma aeronave interceptada a pousar na pista dos pelotões;
- 7) realizar a vigilância aérea, informando, de imediato, ao CODA/ COMDABRA, através do Sistema VSAT, e na primeira oportunidade, via canal de comando, ao Centro de Operações do CMA (C Op/CMA); e
- 8) as observações realizadas deverão ser consolidadas através de relatório quinzenal, que será remetido ao COMDABRA, via canal de comando (BRASIL, 2014b, p.14).

A fim de cumprir as missões citadas com segurança e eficiência, é preciso manter o preparo dos militares dos PEF. Para essa finalidade, o CMA propõe o Programa de Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP). Segundo o Guia do Cmt PEF, os seguintes assuntos devem receber especial atenção:

- Tiros previstos com o Armt individual de dotação e com as armas coletivas do Pel;
- TFM e lutas;
- Ordem Unida;
- Instrução Geral, particularmente os assuntos contidos nos regulamentos básicos: RISG (R1), R Cont (R2) e RDE (R4);
- Patrulha, Orientação, Vigilância, Plano de Defesa e Gd do Quartel;
- Primeiros socorros;
- Reconhecimento e identificação de aeronaves (civis e militares); e

- Fiscalização de aeronave que for obrigada a pousar quando da realização de policiamento do espaço aéreo pelo COMDABRA (BRASIL, 2014b, p.17).

A atual realidade de alguns PEF, principalmente dos pertencentes ao 5º e 8º BIS, é o combate ao narcotráfico, como é apresentado na reportagem: “Suspeitos abandonam lancha com meia tonelada de maconha no Amazonas após operação do Exército” (G1, 2019).

Um carregamento com cerca de meia tonelada de maconha foi apreendido nesta quarta-feira (11) dentro de uma lancha no município de Tabatinga, a 1.108 km de Manaus. A carga foi abandonada pelos transportadores, que perceberem a aproximação de um pelotão do Exército Brasileiro.

A apreensão foi realizada nas proximidades da comunidade de Serrinha, situada às margens do Rio Japurá, na fronteira com a Colômbia. Os militares patrulhavam a região, na madrugada desta quarta, quando notaram os suspeitos em fuga.

O pelotão perseguiu a embarcação, que foi abandonada junto com o carregamento pelos transportadores. Ao todo, foram apreendidos aproximadamente 500Kg de maconha distribuídos em tabletes (G1, 2019).

Diante do exposto e da evolução da ameaça, verifica-se a necessidade do aprimoramento das técnicas, táticas e procedimentos dos militares pertencentes à ponta de lança dos BIS, os PEF. Assim sendo, as FopEsp, utilizando-se de uma de suas vertentes, de multiplicador de força, devem trabalhar junto às tropas orgânicas dos BIS com o intuito de aperfeiçoar o adestramento dos mesmos.

2.3 O NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS

Atualmente, o Brasil é visto como um dos principais itinerários internacionais de entorpecentes, sendo conhecido mundialmente como um grande corredor de drogas. Além disso, parte da cocaína que abastece os Estados Unidos, a Europa e a África passa por dentro território brasileiro, oriunda dos grandes produtores sul-americanos. A Colômbia, o Peru e a Bolívia são os três maiores produtores mundiais de cocaína do mundo, sendo que todos fazem fronteira com o Brasil.

Couto e Oliveira (2017) identifica, a partir de relatórios da polícia federal, as principais rotas de passagem da cocaína pelo Brasil, saindo dos países produtores com destino aos outros continentes, como África e Europa. Como rota primária estaria a Amazônia, de onde a droga seguiria para o Nordeste ou para a Guiana e o Suriname. Um ponto sensível na América do Sul é o chamado “Trapézio Amazônico”, região de tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, que se configura como uma das principais rotas com destino aos Estados Unidos e à Europa (JIFE, 2017). Nessa região, onde se encontra o Município de Tabatinga-AM, diversos fatores favorecem o tráfico, tais como a existência de rios penetrantes no território brasileiro, com

destaque para o Rio Solimões, baixo povoamento da linha de fronteira e a dificuldade de fiscalização em um ambiente de floresta equatorial (PREGNOLATO FILHO, 2019, p. 19).

A Figura 6 retrata o fluxo do tráfico de cocaína da América Central e do Sul para outros países.



Figura 6 – Fluxo mundial do tráfico de cocaína
Fonte: UNODC – *World Drug Report* (2017)

As rotas do narcotráfico organizaram-se, essencialmente, em torno de eixos centro-americanos e caribenhos, buscando os mercados norte-americano, europeu e africano. Parte das rotas passa pelo o território brasileiro, através das fronteiras colombianas, peruanas e bolivianas com a Amazônia e o Centro-Oeste. Conforme apresentado na Figura 7.



Figura 7 – Fluxo do tráfico de cocaína na América
 Fonte: Educa Brasil

Essa problemática acarreta diversos impactos para o Brasil, mostrando, assim, o quão importante são as políticas de combate ao tráfico na região do estado do Amazonas, o que corrobora o que descreve Pregmolato Filho (2019, p. 19):

A Amazônia destaca o Brasil como área de trânsito, os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada, com uma população que sobrevive em meio às desigualdades sociais, expropriação, abandono por parte do Estado etc. Além disso, há de se ressaltar que imensos vazios demográficos acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e insere a população ribeirinha pobre no esquema das redes, se apresentando como oportunidade, e nesse sentido algumas pessoas passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), contribuindo para a articulação das redes e ao mesmo tempo fazendo parte do sistema ilegal (COUTO E OLIVEIRA 2017 *apud* PREGNOLATO FILHO, 2019, p. 19).

De acordo com o autor supracitado,

Além de ser rota de passagem, o país é um dos principais destinos finais do comércio mundial de drogas. Segundo o Relatório sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime produzido no ano de 2015, o Brasil é o maior consumidor de cocaína da América do Sul (UNODC, 2015 *apud* PREGNOLATO FILHO, 2019).

Couto e Oliveira (2017) relatam a entrada do Brasil na estrutura do narcotráfico internacional, demonstrando que a nação brasileira não é apenas um corredor de ilícitos, mas sim uma “base estratégica” que participa efetivamente das diversas fases do “mercado de entorpecentes”. Como por exemplo, eixo de fluxo de entorpecentes, consumo interno, local de homizio de drogas, geração de capital, exportação, entre outras.

Nesse contexto, verifica-se que a incidência de crimes como o narcotráfico na zona de ação dos PEF é uma realidade no dia-a-dia dessa fração. Dessa forma, os militares que servem nos BIS devem possuir o preparo técnico profissional para combater tais crimes e cumprir umas das missões do EB, a de defender a faixa de fronteira.

2.4 A GUERRA IRREGULAR

Segundo o manual de Operações Especiais, EB-20-MC-10.212 (BRASIL, 2017), entende-se como Guerra Irregular:

Todo conflito armado conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. É a guerra travada por uma força não regular. São consideradas formas de GI nesse contexto: a guerra de guerrilha; a subversão; a sabotagem; o terrorismo; e a fuga e evasão. Normalmente, utilizam TTP comuns, respeitadas as especificidades e finalidades de cada uma (EB-20-MC-10.212 – BRASIL, 2017, p. 26).

Na Guerra Irregular, as operações têm como foco a presença permanente da população civil não-combatente. Ademais, envolvem atores estatais e não-estatais, sendo que resultam de uma complexa combinação entre operações ofensivas, defensivas e de estabilidade.

De acordo com o Gen Alvaro:

Na atualidade, o conceito de guerra irregular, que tem uma aceitação majoritária no seio da comunidade militar internacional, em função de sua clareza, atualidade e objetividade, é o adotado nos EUA: “luta violenta entre estados e grupos armados não estatais pela legitimidade e influência sobre uma população relevante. ” A guerra irregular, no seu mais atualizado entendimento, compreende as atividades de: insurreição e contra-insurreição; combate não convencional; terrorismo e contraterrorismo; operações de estabilidade, segurança, transição e reconstrução; comunicações estratégicas; operações psicológicas; operações cívico-militares; operações de informação; atividades de inteligência e contra-inteligência; atividades criminosas transnacionais tais como narcotráfico, contrabando de armas, e lavagem de dinheiro que sustentam atividades de guerra irregular; e atividades de segurança pública que previnem e combatem as atividades de guerra irregular (ALVARO PINHEIRO, 2006).

Segundo Meirelles (2006), o problema do narcotráfico está intimamente ligado à presença de guerrilha em território amazônico não-brasileiro, pois ele é a principal fonte de recursos para as atividades dos guerrilheiros. Destaque principal para as FARC, que têm como uma de suas principais atividades apoiar os canais para escoamento da cocaína e heroína em direção aos mercados estrangeiros.

Com o intuito de garantir mais mercados consumidores e de expandir seus lucros, as FARC vêm se espalhando além das porosas fronteiras colombianas, tornando os países vizinhos (entre eles, o Brasil) alvos de suas ambições.

Observa-se um aumento no número de ex-integrantes das FARC atuando no narcotráfico.

Ex-combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) recrutados por facções criminosas brasileiras estão atuando no tráfico de drogas na Amazônia. A informação foi confirmada pela Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. Eles atuam, principalmente, na escolta de carregamentos de drogas que saem do Peru e da Colômbia e entram no Brasil pelos rios da região. Durante essa escolta, os ex-guerrilheiros utilizam armamento pesado que, segundo o delegado, pertence a parte do arsenal das FARC que não foi entregue às Nações Unidas como previsto no acordo de paz entre a guerrilha e o governo colombiano (PRAZERES, 2018).

Diante desse cenário, pode-se concluir que a atuação dos PEF no combate ao narcotraficante enquadra-se dentro da Guerra Irregular, pois militares do EB agindo dentro da legalidade realizam ações contra uma força armada que não possui legitimidade. Ademais, cabe ressaltar que essa força irregular está ameaçando a soberania nacional, por consequência, pondo em risco a integridade física dos

militares empregados no combate ao narcotráfico. Assim sendo, observa-se novamente o quão importante é a operacionalidade dos militares que servem na faixa de fronteira do CMA.

2.5 O CONFLITO DE 4ª GERAÇÃO

De acordo com o Gen Álvaro, o termo “Conflito de 4ª Geração” começou a ser conhecido por militares internacionais estrategistas e planejadores ao final dos anos 80, com a finalidade de mostrar o processo e as características de como realizar a guerra no futuro.

A "4ª Geração" resulta de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, econômica e tecnológica vivenciadas desde a Segunda Guerra Mundial. Junto aos estados nacionais, aparecem como novos atores protagonistas, organizações não estatais armadas, forças irregulares de diferentes matizes, cuja principal forma de atuação se baseia nas táticas, técnicas e procedimentos da guerra irregular (ALVARO PINHEIRO, 2007).

Segundo o Cel Visacro, o conflito de 4ª Geração, é estudado como um conflito assimétrico, combate de baixa intensidade e Guerra Irregular. Além disso, caracteriza-se por ser a forma mais antiga de se combater.

As principais características do conflito assimétrico de 4ª Geração são baseadas nos aspectos do ambiente operacional contemporâneo: complexidade, imprevisibilidade, ambiguidade, não-contiguidade, não-linearidade, heterogeneidade, mutabilidade, dinamismo e instabilidade.

No escopo dos conflitos desse tipo, o ambiente operacional contemporâneo é volátil, incerto, complexo e de alto risco, o que se configura em uma dinâmica de difícil interpretação e controle (BRASIL, 2017, p. 2-1).

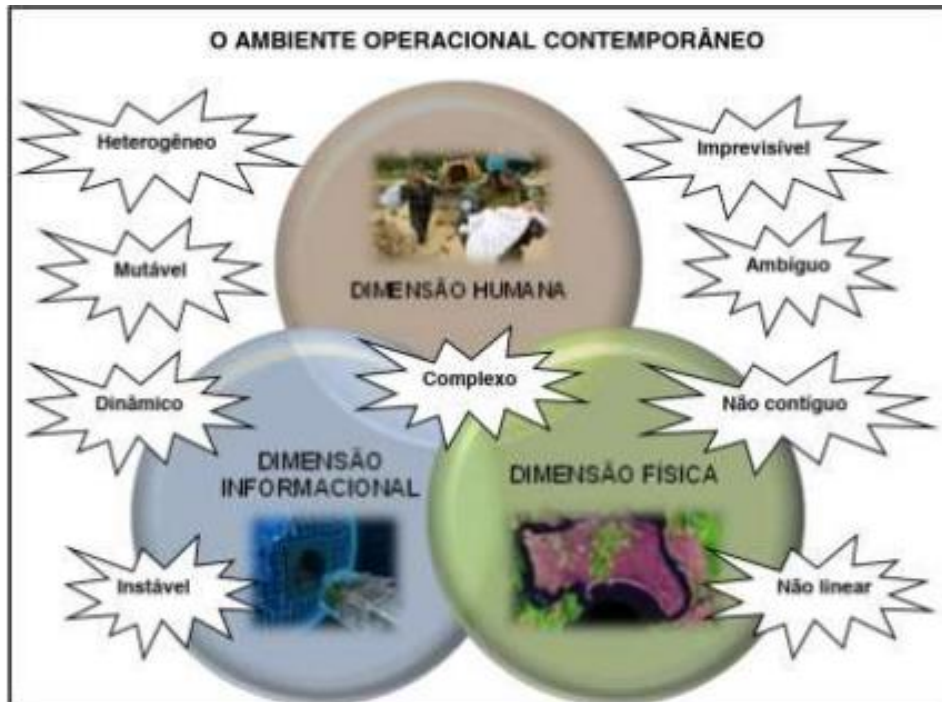


Figura 8 – Caracterização do ambiente operacional
 Fonte: Brasil (2017, p. 2-1)

No combate irregular, o narcotráfico possui papel de protagonista. Os criminosos que operam o tráfico internacional de ilícitos desenvolvem técnicas, táticas e procedimentos característicos da Guerra Irregular. Sendo que, na maioria das vezes membros do crime organizado, mesmo no ambiente operacional de selva, podem misturar-se à população civil. Assim sendo, corroborando com a assertiva de Smith (2005, p. 325): “os combates podem travar-se contra grupos de inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e - com e sem intenção - contra civis”.

Ainda sobre isso, Gen Álvaro relata que:

O “Conflito de 4ª Geração” está produzindo uma modificação radical no perfil do preparo dos militares em todo o mundo. Antigos “profissionais da arte da guerra” estão, no momento, transformando-se, impositivamente, em “profissionais de segurança”. Os conflitos armados do século XXI estão a exigir comandantes, em todos os níveis, capazes de enfrentar um inimigo convencional num determinado momento, para logo no momento seguinte, fazer face a um inimigo irregular e, em seguida, engajar-se nas atividades de assistência humanitária, reconstrução das instituições e infra-estruturas básicas da governança local (em particular, aquelas relacionadas à segurança). Atividades estas que, não raro, são executadas simultaneamente, pelos mesmos comandantes, líderes criativos, flexíveis e, sobretudo, proativos, que devem ter em mente que, hoje, em função da dramática complexidade dos ambientes operacionais, muito mais difícil do que ganhar a guerra é ganhar a paz (ALVARO PINHEIRO, 2006).

Nesse contexto, os conflitos apresentam algumas características principais, das quais pode-se destacar as ameaças irregulares, a dificuldade de caracterizar o oponente no seio da população, as situações em rápida evolução, o envolvimento de todas as capacidades de governo na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises e/ou na solução de conflitos armados e a fragilização das fronteiras geográficas (BRASIL, 2017, p. 2-2).

2.6 AS FOpEsp NA GUERRA IRREGULAR

A fim de clarear o entendimento da pesquisa vigente, faz-se necessário explicar o emprego das FOpEsp. O Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01 apresenta a definição das Operações Especiais:

Operações conduzidas por forças militares, especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando à consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares relevantes, preponderantemente, por meio de alternativas militares não convencionais. Podem ser conduzidas tanto em tempo de paz quanto em períodos de crise ou conflito armado; em situações de normalidade ou não normalidade institucional; de forma ostensiva, sigilosa ou coberta; em áreas negadas, hostis ou politicamente sensíveis; independentemente ou em coordenação com operações realizadas por forças convencionais; em proveito de comandos de nível estratégico, operacional ou tático (BRASIL, 2017).

O ambiente operacional no qual as tropas de operações especiais são empregadas é “[...] volátil, incerto, complexo e de alto risco”, configurando uma dinâmica de difícil interpretação e controle. Nesse cenário, muitas situações de conflito são caracterizadas por sua longa duração, natureza crônica, baixa intensidade e impacto difuso” (BRASIL, 2012).

As FOpEsp são empregadas em diversos tipos de operações, conforme apresentado na Figura 9, sendo que pode-se classificar em três ramos principais os tipos de operações especiais: ação direta, ação indireta e reconhecimento especial.



Figura 9 – Operações com emprego de FOpEsp
 Fonte: Brasil (2012)

Segundo o Manual EB70-MC-10.212 Operações Especiais (BRASIL, 2012):

- **Ação direta** é uma ação ofensiva de pequena envergadura e de curta duração, realizada por tropa capacitada, de valor e constituição variáveis, por meio de uma infiltração terrestre, aérea e/ou aquática, contra alvos de valor significativo, localizados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. É uma operação cumprida exclusivamente por FOpEsp, particularmente tropas de Comandos. Podem ser conduzidas de forma autônoma ou em apoio a operações militares convencionais;
- **Reconhecimento Especial** é a operação realizada por forças de operações especiais, em áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis, com o propósito de obter, confirmar ou atualizar dados e conhecimentos de importância estratégica, operacional ou, eventualmente, tática, fundamentais para o planejamento e para a condução de operações militares, empregando capacidades normalmente não encontradas em forças convencionais; e
- **Ação Indireta** consiste na organização, desenvolvimento, equipagem, instrução, direção e/ou assessoramento de forças irregulares, regulares, auxiliares e de atores estatais e não estatais, para a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais e/ou militares em situação de guerra e de não guerra. As ações indiretas são realizadas por integrantes das forças especiais.

Dentre as operações com emprego de FOpEsp, destacam-se as Operações Contra Forças Irregulares, as quais se resumem ao conjunto abrangente de esforços integrados (civis e militares) desencadeados para derrotar forças irregulares (nacionais ou estrangeiras), dentro ou fora do território nacional. A FOpEsp pode-se

também enquadrar o apoio ao adestramento do PEF no combate ao narcotráfico pelas FOpEsp.

Outro detalhe importante a ser evidenciado é que, geralmente, a fração básica empregada em apoio aos BIS é o Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp).



Figura 10 – Fração básica de emprego
Fonte: Seção de Pessoal da FORÇA 3 (2015)

De acordo o Manual C 31-21 – Batalhão de Forças Especiais, DOFEsp é o elemento básico de emprego na guerra irregular. Compõe-se basicamente do comandante do destacamento, do subcomandante, do oficial de operações, do oficial de inteligência e de mais oito graduados especializados nas várias atividades necessárias à condução da guerra irregular (dois especialistas de armamento, dois de comunicações, dois de demolições e dois de saúde).

Ademais, as FOpEsp podem ser empregadas em apoio ao adestramento das tropas convencionais que combatem o narcotráfico na faixa de fronteira.

A interação entre FOpEsp e tropas convencionais "[...] contribui para o êxito da campanha militar e, sobretudo, para a consecução dos objetivos políticos e estratégicos de longo prazo" (BRASIL, 2017b, p.4-4). Sendo assim, esta capacidade "[...] constitui uma competência da qual nenhum comandante nas operações desencadeadas no amplo espectro dos conflitos pode prescindir" (BRASIL, 2017b, p.4-4).

Tal interação tem como principais objetivos:

- a) promover a sinergia das ações;
- b) eliminar a duplicidade ou a ambiguidade de esforços;
- c) garantir o melhor uso dos meios (pessoal e material) e recursos disponíveis;
- d) reduzir os riscos de fratricídio;
- e) evitar interrupções desnecessárias no curso das operações;
- f) otimizar o emprego das fontes humanas de inteligência;
- g) aumentar o ritmo da campanha militar, assegurando a unidade de esforços entre ambas as forças; e
- h) multiplicar forças, ampliando o poder de combate (BRASIL, 2017b, p. 4-5).

2.7 AS FOPEsp NO ADESTRAMENTO DA TROPA DE INFANTARIA DE SELVA

O CMA atua na faixa de fronteira empregando os BIS, sendo que os PEF são a ponta de lança destes. Normalmente, os PEF ficam localizados em pontos estratégicos do limite entre o Brasil e os países limítrofes, sendo, na maioria das vezes, os únicos representantes do Estado naquela região (BRANDÃO *et al.*, 2018).

As Figuras 11 e 12 a seguir apresentam a quantidade e a localização das OM na região amazônica, o que confirma a importância, a dimensão e a complexidade deste ambiente operacional, no qual as FA são responsáveis por vigiar e proteger. Observa-se a grande quantidade de PEF distribuídos ao longo da linha de fronteira, ratificando a presença do EB e a preocupação da nação brasileira com aquela área rica e de difícil fiscalização.

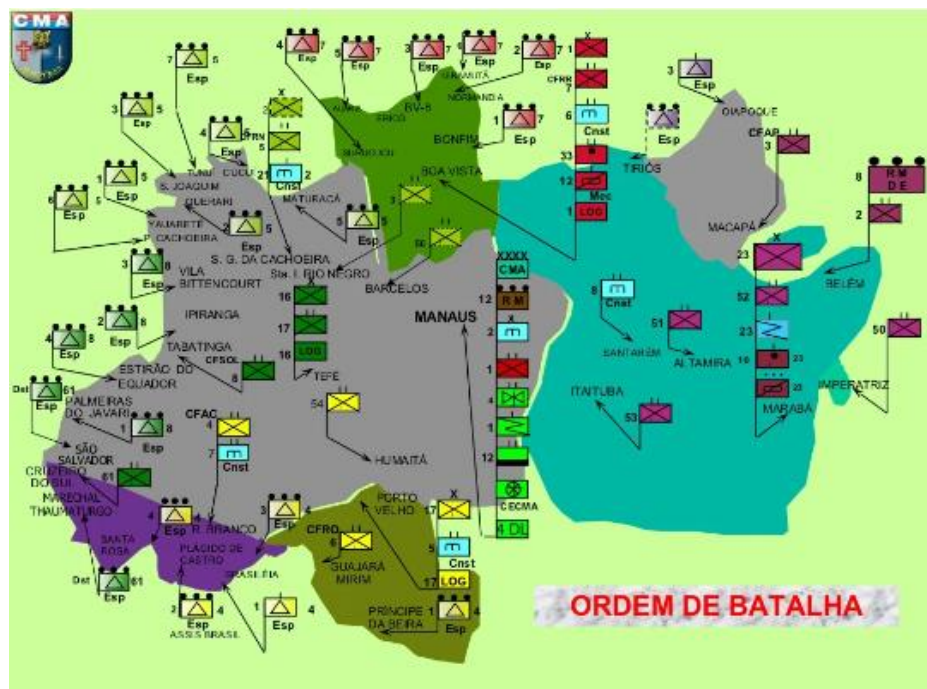


Figura 11 – Organizações Militares na Amazônia
Fonte: Filho (2018)



Figura 12 – Organizações Militares na Fronteira
Fonte: Ministério da Defesa (2019)

Por meio das Normas de Conduta para Emprego de Tropa do Comando Militar da Amazônia (NCET/CMA) (BRASIL, 2017b), o CMA rege e ampara as ações que devem ser tomadas pelos militares que atuam na fronteira em cada situação específica. Além disso, as NCET determinam que os PEF devem ser a presença do Estado para a manutenção da soberania brasileira e operar Postos de Controle e Interdição (PCI) Fluviais e/ou Terrestres de maneira permanente, com o objetivo de combater os ilícitos transnacionais, como o tráfico internacional de drogas (BRASIL, 2017b).

Acerca do apoio das FOPEsp brasileiras no adestramento da tropa de Infantaria de Selva:

As FOPEsp são particularmente capazes de prestarem o assessoramento especializado aos comandantes e EM dos elementos da F Ter e de contribuírem com a preparação das forças convencionais, capacitando-as a operar em melhores condições e de forma mais efetiva junto à população local de um TO/A Op (BRASIL, 2017, p. 2-4).

Acrescenta-se que a integração entre FOPEsp e as tropas de Infantaria de Selva visa a promover sinergia, eliminar duplicidade e ambiguidade de esforços,

garantir o melhor uso dos meios/recursos disponíveis, evitar interrupções desnecessárias e otimizar o emprego das fontes humanas de inteligência.

Nesse cenário, verifica-se a importância das FOpEsp sendo empregadas como potencializadoras de combate das frações orgânicas dos BIS.

3 METODOLOGIA

Esta fase do trabalho tem por finalidade discorrer sobre o caminho trilhado para solucionar o problema apresentado, identificando os procedimentos fundamentais para se obter informações de relevância e analisá-las. Compreende, desta forma, a seleção do espaço do estudo, do grupo pesquisado, os métodos que foram utilizados para se alcançar os participantes da pesquisa, a definição dos critérios de amostragem, assim como a definição de instrumentos para a análise dos dados realizada.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

Com o intuito de avaliar a eficiência do apoio das FOpEsp no adestramento das frações orgânicas dos BIS e se o auxílio torna as operações de combate ao narcotráfico na faixa de fronteira dos PEF mais eficientes, esta pesquisa delimitou-se ao emprego das FOpEsp em apoio ao adestramento dos PEF do 8° e do 5° BIS nos últimos quatro anos (2018 a 2021). Cabe ressaltar que os batalhões citados são os que mais têm atuado em operações de combate ao narcotráfico e que já tiveram instruções conduzidos por FOpEsp.

3.2 AMOSTRA

A amostra foi composta por dois grupos: o primeiro composto pelo universo de oficiais e praças possuidores do curso de Comandos e/ou Forças Especiais que serviram na 3ª Companhia de Forças Especiais (Cia F Esp), no período de 2018 a 2021, integrando frações de operações especiais; o segundo grupo foi composto por oficiais e praças que serviram nos PEF do 8° e do 5° BIS entre os anos de 2018 a 2021.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Inicialmente, ocorreu uma seleção da bibliografia nacional e estrangeira, pesquisa documental concentrada em literatura sobre o tema em questão, leitura analítica do material selecionado e referência das fontes.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo, com intuito de se obter opiniões e experiências de especialistas envolvidos nas operações em questão.

A pesquisa buscou uma forma de abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, com maior ênfase a esta última, a fim de classificar e analisar a tradução em números das opiniões e informações colhidas.

O método de pesquisa teve abordagem indutiva, pois a partir de dados particulares suficientemente constatados, chegou-se ao geral. Para isso, o método de procedimento estatístico permitiu o estabelecimento de relação e correlação do emprego das FOpEsp e sua eficiência no adestramento de tropas para o combate ao narcotráfico.

Quanto à natureza, caracterizou-se por ser uma pesquisa aplicada, que teve por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática.

Para Gil (2008, p. 47), as pesquisas descritivas têm como um dos principais objetivos a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesse sentido, em relação ao objetivo geral, pode-se inferir que este trabalho consistiu em uma pesquisa descritiva, uma vez que, visou a descrever na revisão da literatura os seguintes temas: “O Ambiente Operacional Amazônico”, “A Atuação dos PEF na faixa de fronteira”, “O narcotráfico na faixa de fronteira do estado do Amazonas”, “A Guerra Irregular”, “O Conflito de 4ª Geração”, “As FOpEsp na Guerra Irregular” e “As FOpEsp no adestramento da tropa convencional”. Além disso, apresentou de forma descritiva a análise dos questionários aplicados. A finalidade de empregar a pesquisa descritiva foi aumentar os conhecimentos e a magnitude do problema em estudo, obtendo uma visão mais completa sobre o assunto.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA

As informações pertinentes foram coletadas para esta pesquisa por meio da leitura da literatura do assunto, através da consulta bibliográfica em fontes, como os manuais doutrinários brasileiros, documentos do Comando de Operações Especiais (CopEsp), trabalhos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), artigos científicos publicados em revistas especializadas e entrevistas de autoridades detentoras do conhecimento sobre o assunto em questão.

Utilizou-se da seguinte estratégia de pesquisa: inicialmente, os termos descritores foram trabalhados e revisados: “Guerra Irregular”, “conflito de 4ª geração”, “narcotráfico” e “a Amazônia Brasileira”. Em seguida, procurou-se observar o local de indexação dos arquivos. Por fim, as referências bibliográficas dos estudos selecionados foram analisadas.

As ações realizadas até a coleta de dados se resumiram à definição do tema, à problematização, à justificativa e à aplicação prática da solução do problema, assim como à definição do caminho a ser percorrido para se alcançar os objetivos delimitados.

3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As origens dos dados coletados foram materiais e humanas. Quanto à estratégia de abordagem, os materiais correspondem principalmente ao trabalho de busca eletrônica e manual. Em seguida, as referências bibliográficas dos estudos considerados importantes foram revisadas.

a) Critérios de inclusão:

- Estudos publicados que abordassem o termo Guerra Irregular;
- Estudos publicados sobre conflito de 4ª geração;
- Estudos sobre o narcotráfico na faixa de fronteira do CMA;
- Estudos sobre a Amazônia Brasileira;
- Relatórios de operações do COpEsp;
- Manuais de campanha em vigor do Brasil; e
- Experiências de militares especialistas no assunto.

b) Critérios de exclusão:

- Estudos que não se enquadrassem na realidade do EB;

- Textos cujo conteúdo estivesse ultrapassado devido à evolução doutrinária; e
- Publicações de países cuja doutrina é diferente da empregada pelo EB.

3.6 INSTRUMENTOS

Para contribuir com os dados levantados na pesquisa bibliográfica, foram empregados questionários.

O questionário do primeiro grupo da amostra (Apêndice A) teve a finalidade de reunir e tabular as opiniões de oficiais e sargentos possuidores do curso de Comandos e/ou Forças Especiais. Este questionário também serviu para verificar a eficiência das operações de adestramento da tropa convencional, de suas percepções quanto ao aproveitamento da tropa, oportunidades de melhoria, lições aprendidas e de propostas de emprego às FOpEsp.

O questionário do segundo grupo da amostra (Apêndice B) teve a finalidade de reunir e tabular as opiniões de oficiais e sargentos que serviram em PEF do 5° e 8° BIS, no período compreendido entre 2018 a 2021, acerca da eficácia dos adestramentos conduzidos por FOpEsp. Foram coletadas as percepções tocantes ao nível de operacionalidade e segurança da tropa, bem como relativas à eficiência do adestramento refletida nas apreensões de drogas.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental e com os questionários aplicados foram analisados de forma lógica e pragmática, possibilitando conclusões coerentes.

O questionário foi analisado de forma quantitativa por procedimentos estatísticos elaborados a partir das respostas, já que a maioria das perguntas teve caráter objetivo, representando, portanto, o pensamento concebido pela maioria dos elementos da amostra, que preencheu voluntariamente o questionário. As perguntas dissertativas e/ou as justificativas de cada questão objetiva foram analisadas separadamente, identificando-se suas ideias sobre o tema central.

Por fim, foi realizada uma análise com base no referencial teórico construído, para correlacionar o mapeamento feito na observação sistemática. Com as percepções coletadas nos questionários, foi possível eliminar os dados incoerentes

e discrepantes e obter as considerações e conclusões pertinentes ao tema em questão, buscando uma solução para o problema proposto.

4 RESULTADOS

Esta etapa da pesquisa tem por finalidade apresentar os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados aos grupos citados na amostra..

A fim de se facilitar o entendimento, esse capítulo divide-se em duas partes: a primeira apresenta as conclusões parciais sobre os aspectos obtidos a partir do questionário 01, aplicado ao primeiro grupo, de oficiais e sargentos possuidores do Curso de Comandos e/ou Forças Especiais, que serviram na 3ª Cia F Esp no período de 2018 a 2021, integrando frações de operações especiais; a segunda parte traz as conclusões parciais sobre os aspectos obtidos a partir do questionário 02, aplicado ao segundo grupo, de oficiais e praças que serviram nos PEF do 8º e do 5º BIS entre os anos de 2018 a 2021.

4.1 CONCLUSÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS OBTIDOS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO PRIMEIRO GRUPO

O questionário em questão foi respondido por 19 F Esp, sendo que 10 (dez) são oficiais e 9 (nove) são praças. Cabe destacar que todos participaram de operações de adestramento de militares que servem ou serviram no 8º e no 5º BIS.

A seguir, são apresentados alguns gráficos obtidos por meio das respostas às perguntas realizadas no questionário 01, bem como algumas conclusões parciais.

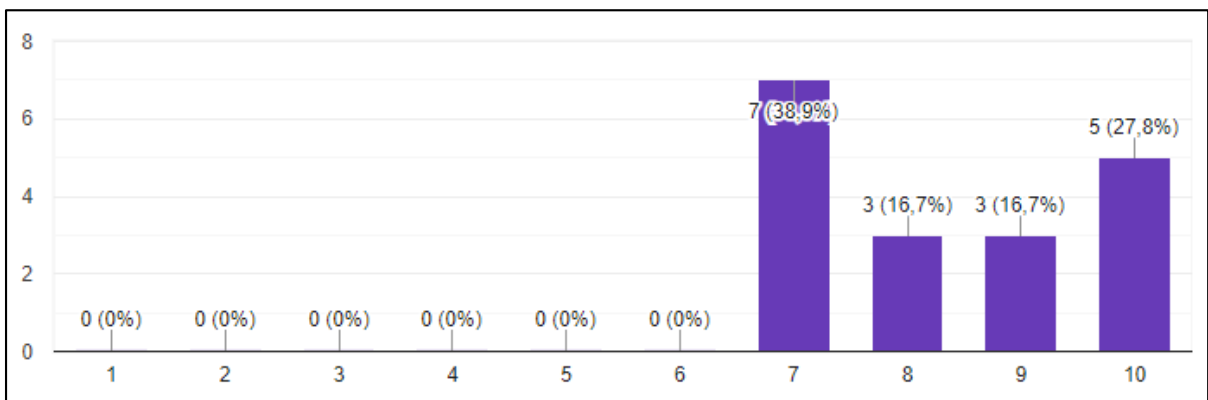


Gráfico 1 – Avaliação do aproveitamento das instruções por parte da tropa, na visão dos F Esp
Fonte: O autor

No Gráfico 1 acima, observa-se que na escala de 1 a 10, os F Esp que apoiaram o adestramento da tropa de infantaria de selva afirmaram que o aproveitamento da instrução foi acima de 7, sendo que 61,11% dos entrevistados relataram que o aproveitamento foi acima de 8, ou seja, atingiu o nível “Muito Bom (MB)”.

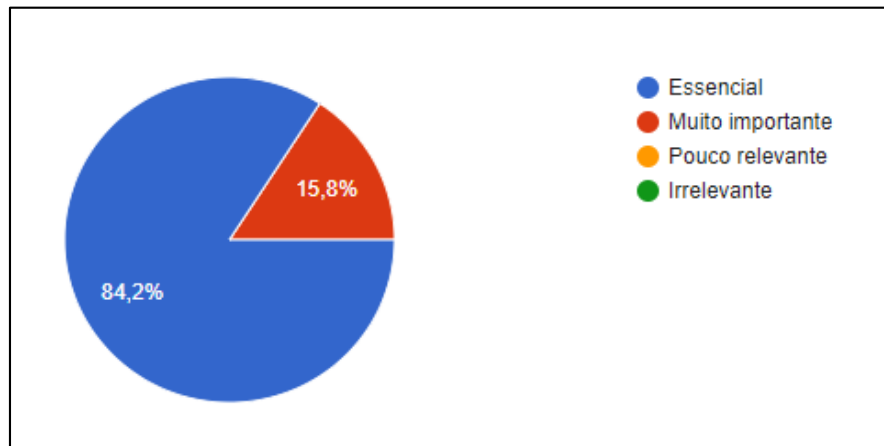


Gráfico 2 – A importância do apoio ao adestramento para a tropa de infantaria de selva, na visão dos F Esp
Fonte: O autor

De acordo do Gráfico 2, 84,2% dos entrevistados afirmaram que o apoio ao adestramento da tropa de infantaria de selva é essencial para melhorar o nível operacional da tropa orgânica do CMA no combate ao narcotráfico.

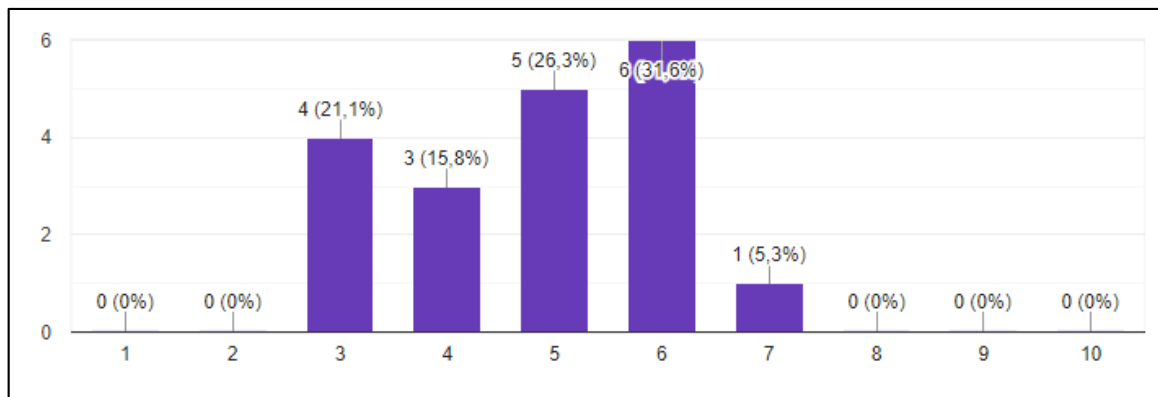


Gráfico 3 – Nível de operacionalidade da tropa antes do adestramento fornecido pelas FOpEsp, na visão dos F Esp
Fonte: O autor

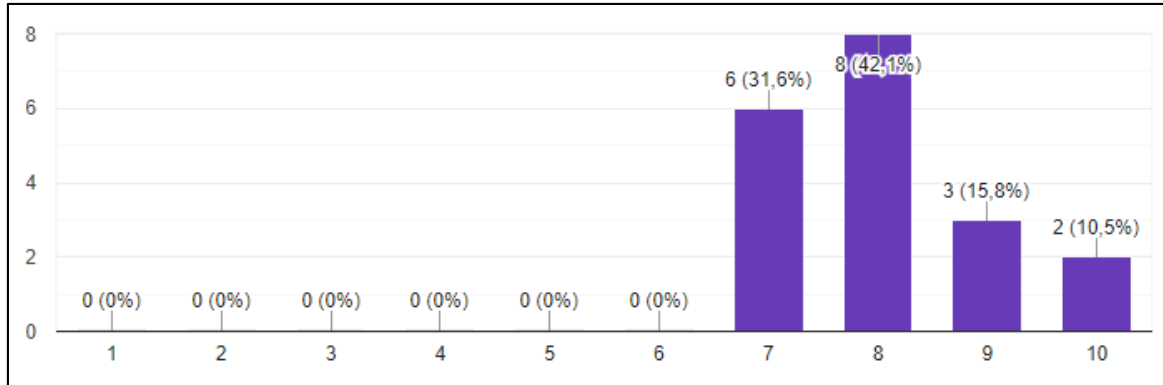


Gráfico 4 – Nível de operacionalidade da tropa após o adestramento fornecido pelas FOpEsp, na visão dos F Esp
Fonte: O autor

Nos Gráficos 3 e 4 acima, observa-se o quão importante é o apoio das FOpEsp ao adestramento de militares pertencentes aos 8° e 5° BIS. Antes do adestramento, 63,15% dos entrevistados afirmaram que a Técnica Tática e Procedimento (TTP) dos militares ponta de lança do CMA eram inferior ou igual a 5, ou seja, “insuficiente (I)” e “regular (R)”.

Após o adestramento, o nível operacional dos militares instruídos melhorou significativamente. Percebe-se isso analisando o Gráfico 4, no qual nota-se que 68,4% dos entrevistados concluíram que a TTP dos instruídos evoluíram, atingindo nota superior a 8, ou seja, “MB”.

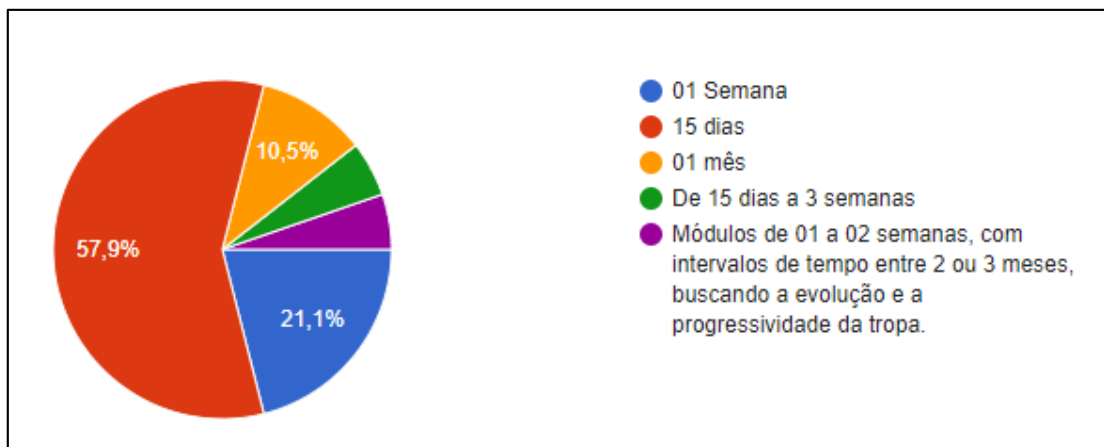


Gráfico 5 – Tempo de adestramento sugerido pelos militares F Esp à tropa de infantaria de selva, fornecido pelas FOpEsp
Fonte: O autor

No Gráfico 5, conclui que, segundo os militares pertencentes às FOpEsp que participaram no apoio ao adestramento dos 8° e 5° BIS, a duração do adestramento da tropa de infantaria de selva deve ser de 15 dias.

4.2 CONCLUSÕES PARCIAIS SOBRE OS ASPECTOS OBTIDOS A PARTIR DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO SEGUNDO GRUPO

Esse questionário foi respondido por 12 militares, sendo três oficiais e nove praças, que serviram nos PEF dos 8° e do 5° BIS entre os anos de 2018 a 2021. Cabe ressaltar que todos foram instruídos por alguma FOpEsp.

A seguir, são apresentados alguns gráficos obtidos por meio das respostas às perguntas realizadas no questionário 02, assim como algumas conclusões parciais.

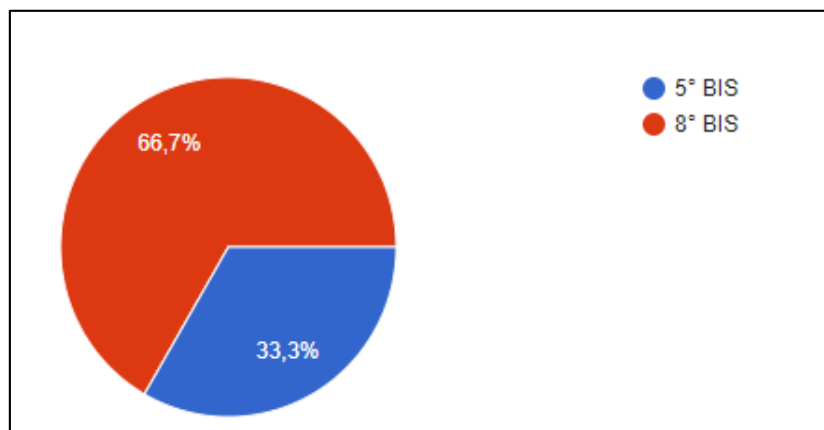


Gráfico 6 – OM a qual o militar que respondeu o questionário serviu
Fonte: O autor

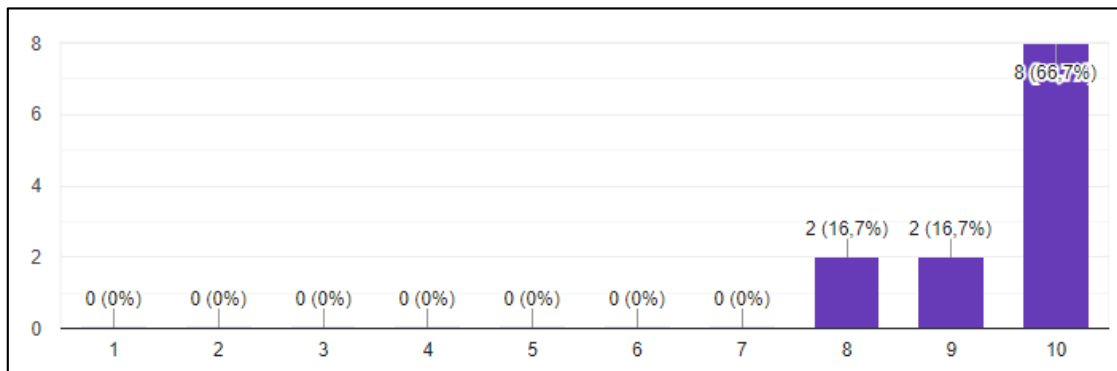


Gráfico 7 – Avaliação do aproveitamento das instruções por parte da tropa, na visão dos instrutores
Fonte: O autor

Conforme apresentado pelo Gráfico 7 acima, os oficiais e sargentos que participaram do adestramento conduzido pelas FOpEsp relataram que o nível de aproveitamento nas instruções foi acima de 8. Isso demonstra o interesse dos elementos de infantaria de selva nas instruções ministradas pelas F Esp.

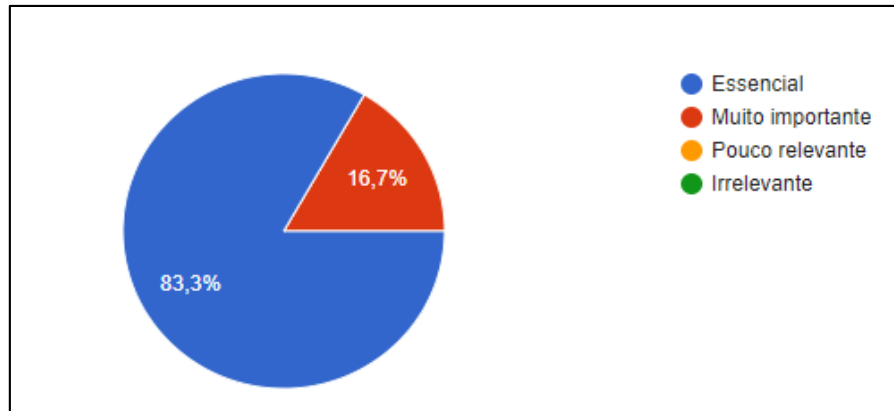


Gráfico 8 – A importância do apoio ao adestramento para a tropa de infantaria de selva, na visão dos instruídos

Fonte: O autor

De acordo o Gráfico 8, 83,3% dos entrevistados afirmaram que o apoio ao adestramento da tropa de infantaria de selva é essencial para melhorar o nível operacional da tropa orgânica do CMA no combate ao narcotráfico.

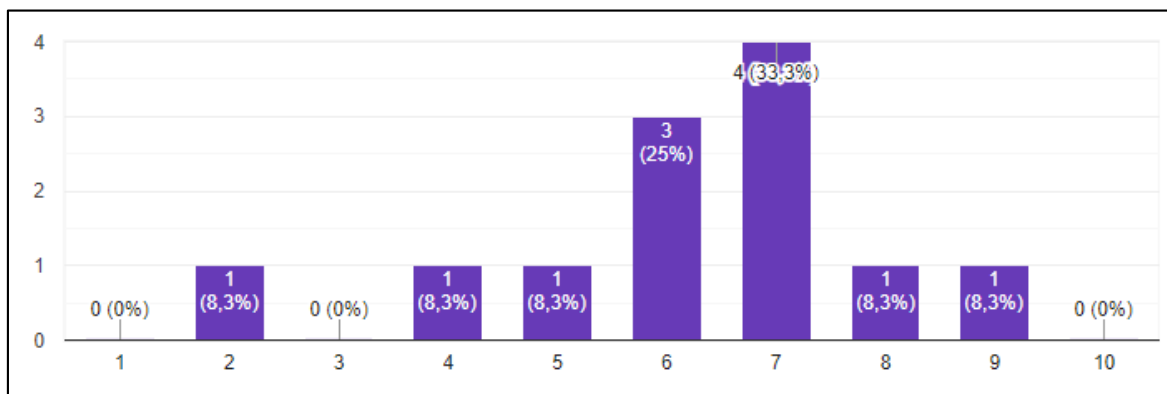


Gráfico 9 – Nível de operacionalidade da tropa antes do adestramento fornecido pelas FOPEsp, na visão dos instruídos

Fonte: O autor

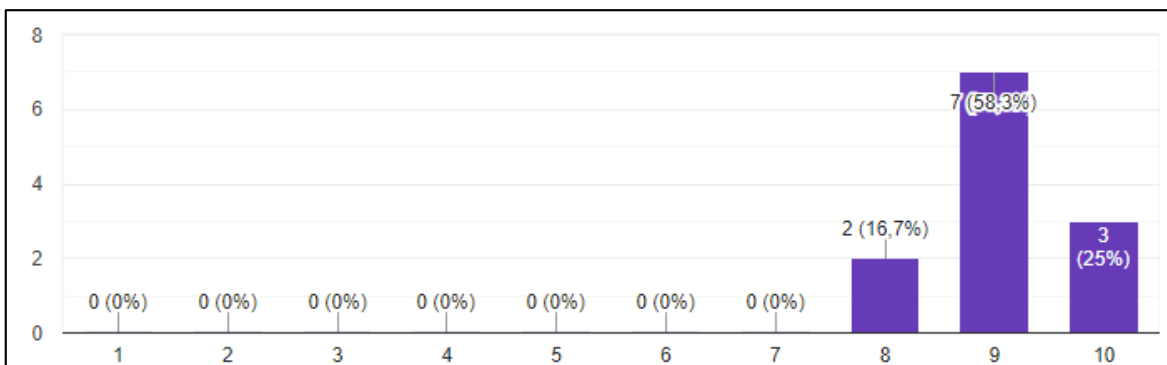


Gráfico 10 – Nível de operacionalidade da tropa após o adestramento fornecido pelas FOPEsp, na visão dos instruídos

Fonte: O autor

Realizando-se uma comparação entre os Gráficos 9 e 10, lembrando-se de que os mesmos foram respondidos pelas lideranças de pequenas frações da ponta de lança do CMA, os PEF, nota-se que houve uma melhora significativa na operacionalidade dos militares pertencentes aos 8° e 5° BIS após o adestramento fornecido pelas FOpEsp.

Antes do adestramento, 25% dos entrevistados afirmaram que a TTP dos militares dos PEF eram inferior ou igual a 5, ou seja, “insuficiente (I)” e “regular (R)”. Após o adestramento, 100% relataram que a TTP dos militares instruídos melhoraram para a nota acima de 8, sendo que 58,3% deram nota 9 e 25% nota 10. Dessa forma, o grau de adestramento dos PEF foi elevado de “R” para “MB”.

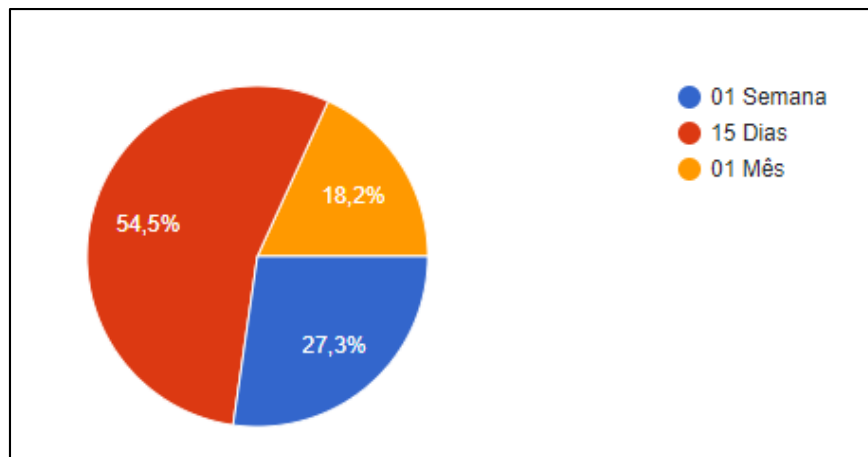


Gráfico 11 – Tempo de adestramento sugerido pelos instrutores à tropa de infantaria de selva, fornecido pelas FOpEsp
Fonte: O autor

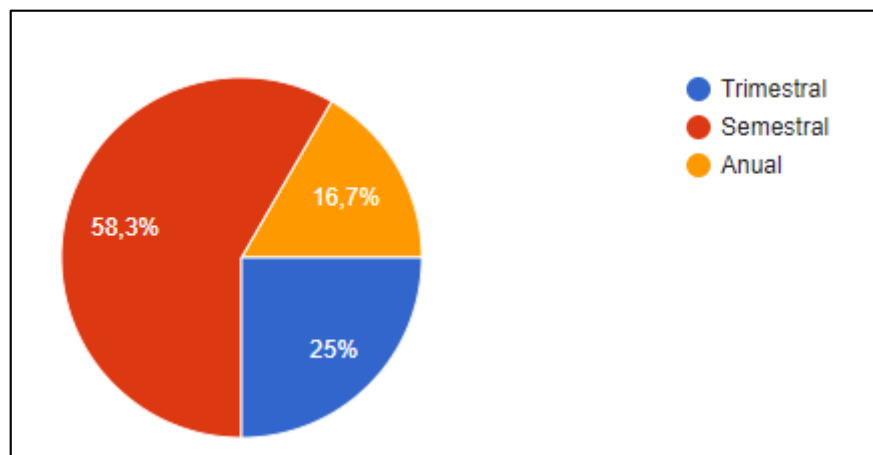


Gráfico 12 – Frequência de adestramento sugerido pelos instrutores à tropa de infantaria de selva, fornecido pelas FOpEsp
Fonte: O autor

Os Gráficos 11 e 12 acima demonstram que 54,5% dos militares que perteceram aos 8° e 5° BIS, no período 2018 a 2021, e que participaram do adestramento fornecido pelos F Esp, relataram que é interessante o adestramento durar 15 dias. Além disso, 58,3% dos entrevistados afirmaram que as FOpEsp devem retornar aos PEF a cada seis meses, a fim de dar continuidade a esse trabalho.

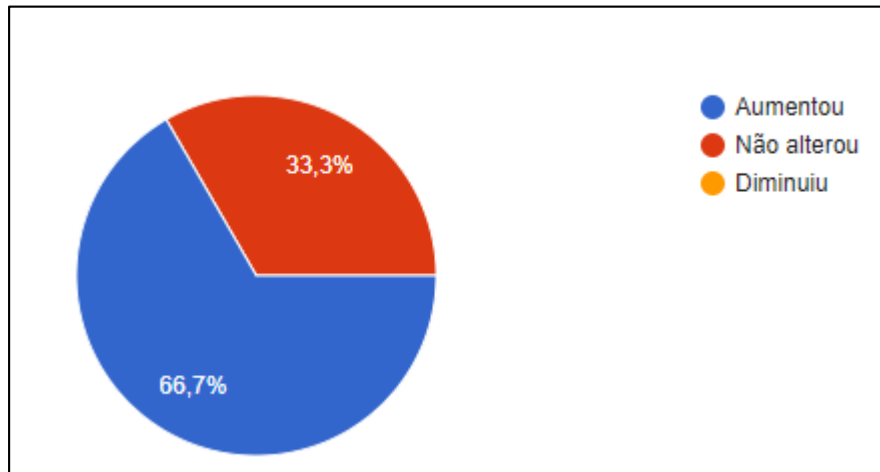


Gráfico 13 – Apreensão de drogas realizada pelos PEF do 8° BIS e 5° BIS, no período 2018 a 2021
Fonte: O autor

O Gráfico 13 retrata a percepção da amostra sobre um aumento do índice de apreensão de drogas após o adestramento dos PEF do 8° BIS e 5° BIS pelas FOpEsp. De forma mais detalhada, observa-se que 66,7% dos comandantes de frações informaram que ocorreu um aumento na apreensão de entorpecentes após o emprego de F Esp como multiplicador de força junto às pontas de lança do CMA.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo será apresentado a discussão e a comparação dos resultados obtidos nos questionários 01 e 02, respondidos pelos dois públicos alvos (PA).

De forma a se rememorar a composição amostral desta pesquisa, o primeiro grupo foi composto por oficiais e sargentos possuidores do curso de Comandos e/ou Forças Especiais, que serviram na 3ª Cia F Esp no período de 2018 a 2021, integrando frações de operações especiais. O segundo grupo foi configurado por oficiais e praças que serviram nos PEF dos 8° e 5° BIS entre os anos de 2018 a 2021, que foram instruídos pelas FOpEsp.

Com relação aos aspectos: “as FOpEsp no adestramento da tropa de infantaria de selva” e “a atuação do PEF na faixa de fronteira”, é possível aferir através dos questionários aplicados a ambos PA, que o trabalho apresentado está alinhado com o estado da arte, segundo o Guia do Cmt PEF (BRASIL, 2014b, p.14) qual relata que deve ser dada prioridade para a missão de Combate. Assim sendo, corroborando com ambos PA afirmaram que o aproveitamento das instruções ministradas pelas FOpEsp é essencial para a melhora da operacionalidade dos PEF.

Ainda em relação ao nível operacional da tropa adestrada pelas FOpEsp no que se refere ao aprimoramento de TTP e segurança em procedimentos, como manuseio de armamento, abordagem a embarcação suspeita, tiro embarcado, entre outras, foi unânime entre os dois PA que após as instruções ministradas pelos F Esp, os militares instruídos obtiveram uma melhora significativa. Assim sendo, realizando técnicas militares mais seguras e precisas.

Com relação ao período ideal para instrução e a frequência, ambos PA elencaram 15 dias como tempo ideal de adestramento. Ademais, relataram que esse apoio à instrução da FOpEsp junto aos BIS deve ocorrer a cada seis meses para se ter uma continuidade.

Não é possível estimar a efetividade da apreensão de ilícitos realizada pelos PEF após o adestramento fornecido pelas FOpEsp. Porém, um ex-comandante de PEF relatou o seguinte no questionário 01: “antes do adestramento, a tropa mal conseguia realizar apreensões em operações. Após um mês de instruções, chegamos a apreender 500kg de cloridato de cocaína”. Tal percepção induz à conclusão de que há um aumento da efetividade nas ações da tropa após o adestramento fornecido pelas FOpEsp.

Cabe destacar nesse capítulo algumas das respostas às perguntas subjetivas realizadas nos questionários.

Ao ser perguntado quais as vantagens do adestramento conduzido por elementos de F Esp a militares pertencentes à tropa de infantaria selva, sobressaiu-se a seguinte resposta: “corrigir conduta, melhorar a capacidade técnica dos militares, aumentar a segurança em operações, estimular e incentivar militares em determinada operação e padronizar técnicas operacionais”.

Ainda, no questionário destinado a militares que integraram os PEF dos 8° e 5° BIS entre os anos de 2018 a 2021, foi disponibilizado um espaço para que a amostra realizasse alguma contribuição ou observação acerca do tema em estudo.

Dentre as respostas obtidas, destacam-se as seguintes sugestões:

“Acredito que seria interessante um estágio conduzido pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e a 3ª Cia F Esp a fim de padronizar TTP, âmbito CMA, dessa forma, pouparia custos e nivelaria os PEF.”

“Existe um alto potencial de emprego dos militares que estão nos PEF. Estes não são aproveitados porque o próprio comando, muitas das vezes, não confia 100% neles. Seja por falta de experiência ou de adestramento. Logo, a cada problema relevante que ocorre na Área de responsabilidade do 8º BIS, os F Esp são acionados. Isso demanda um grande gasto de meios e material humano especializado. Se houvesse um adestramento semestral conduzido pelos F Esp, os próprios militares do PEF teriam condições de resolver a ocorrência de maneira eficaz. Esta observação está pautada em experiências adquiridas no decorrer dos 10 anos em que estou servindo no 8º BIS.”

6 CONCLUSÃO

Conclui-se que a metodologia adotada para o estudo foi adequada para que os objetivos da pesquisa fossem cumpridos. Além disso, as bibliografias levantadas trouxeram um melhor entendimento sobre o ambiente operacional amazônico, a atuação do PEF na faixa de fronteira do CMA, a atuação do narcotráfico na faixa de fronteira do estado do Amazonas, Guerra Irregular, conflito de 4ª geração, a forma de emprego das FOpEsp na Guerra Irregular e a atuação das FOpEsp no adestramento da tropa de infantaria de selva.

Em síntese, a realização da pesquisa referente ao tema “as FOpEsp como fator multiplicador de força dos PEF do CMA no combate ao narcotráfico” permitiu dimensionar o quão importante é o emprego de FOpEsp em apoio ao adestramento das frações de infantaria de selva da faixa da fronteira do CMA.

Além do problema inicial, “em que medida o emprego das FOpEsp no adestramento específico dos PEF contribui para aperfeiçoar o emprego destes no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira amazônica”, por meio do estudo e dos questionários aplicados, foi possível levantar outros problemas:

a) apesar do elevado conhecimento, profissionalismo e adestramento de militares F Esp, a falta de padronização dos mesmos na condução das instruções

para as tropas de infantaria de selva do CMA pode prejudicar a capacitação dos BIS;

b) a falta de continuidade e sistematização do adestramento dos PEF pelas FOpEsp ocasiona um retardo na operacionalidade dos PEF;

c) a inexistência de um planejamento anual de preparo dos PEF através das FOpEsp, elaborado pelos S3 dos BIS junto ao E3 das Bda de Selva e do E3 do CMA, a fim de nortear o melhor emprego das F Esp no adestramento dos PEF; e

d) a inexistência de um módulo básico de instruções a serem ministradas pelas FOpEsp aos PEF.

Do exposto, conclui-se que para se solucionar o problema apresentado no escopo deste trabalho e os demais levantados durante a pesquisa, propõe-se as seguintes soluções:

a) criar um modulo básico de instruções de combate ao narcotráfico na faixa de fronteira do CMA, que será ministrado pelas FopEsp e no qual serão contempladas as seguintes instruções:

- Tiro embarcado;
- Abordagem a embarcação;
- Saúde Operacional;
- Ações táticas em contato com inimigo (ATCI);
- Técnicas de Ações Imediatas (TAI);
- Comunicações;
- Trato com indígenas e garimpeiros;
- Regras de engajamento;
- Revista de pessoal e material;
- Explosivos e destruição;
- PEF como sensor de inteligência; e
- Entrevista sumária (apenas para oficiais e sargentos).

b) padronizar a forma de se ministrar as instruções por parte dos F Esp, a fim de se facilitar o melhor entendimento dos instruendos;

c) reunir anualmente os oficiais e sargentos que servem nos PEF do CMA em um período de 15 dias na 3ª Cia F Esp. Esse primeiro contato serviria para a FOpEsp ministrar as principais instruções para o adestramento em combate ao narcotráfico, com explanações teóricas e demonstrações práticas por parte dos integrantes da FOpEsp, uma vez que o efetivo de cabos e soldados dos PEF não estaria presente.

Todas as instruções possíveis de serem executadas por parte dos comandantes e subcomandantes de PEF deverão ser executadas, a fim de se massificar o conhecimento e facilitar a multiplicação do mesmo quando estes militares retornarem para suas OM;

d) deslocamento de FOpEsp para os PEF julgados prioritários pelo comandante militar da Amazônia, para que estes recebam apoio específico em seu adestramento. Durante esse apoio, a FOpEsp conduziria as instruções diretamente a todo efetivo do pelotão, do oficial mais antigo ao soldado mais moderno;

e) o apoio presencial da FOpEsp ocorreria em forma de rodízio durante os anos, controlado pelo CMA e subsidiado nos relatórios das FOpEsp, para que todos os PEF fossem contemplados com esse apoio. A flexibilidade deste plano se dará à medida que forem notadas necessidades, devido a circunstâncias pontuais e de apoio a determinado PEF que já tenha sido apoiado anteriormente;

f) devido às especificidades de cada BIS e também de cada PEF na fronteira amazônica, esse módulo básico sugerido é flexível e adaptável de acordo com o estudo e planejamento da FOpEsp antes de se partir para a missão; e

g) confecção de relatório por parte dos S-3 dos BIS, sendo que nesse documento constará as principais deficiências operacionais dos PEF orgânico aos BIS e as instruções desejadas a serem recebidas pelos mesmos. Esse relatório servirá para facilitar o planejamento das FOpEsp no adestramento dos PEF.

Por fim, espera-se que as conclusões apresentadas nesta pesquisa sirvam de embasamento teórico para que o CMA, por meio das FOpEsp, aperfeiçoe o nível de adestramento do seus comandantes de PEF e, conseqüentemente, da sua tropa. Assim sendo, melhorará a operacionalidade das frações de emprego do BIS, ocasionando mais efetividade e segurança em suas ações, conseqüentemente, ratificando a manutenção da soberania nacional na faixa de fronteira norte do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. ABNT. São Paulo, SP, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Ed. da Unesp, p. 195 - 224, 2002.

BARBOSA, Cristiano Guimarães. **O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) frente às vulnerabilidades brasileiras e seus reflexos na cooperação regional**. Dissertação (Mestrado). Escola de Comando e Estado-Maior. Rio de Janeiro, 2014.

BÔAS, Eduardo Dias da Costa Villas. **Comandante do Exército diz que crime organizado é a 'maior ameaça à soberania nacional'**. G1. Brasília, 2018a. Disponível em: Acesso em: 29 jan. 2019.

BÔAS, Eduardo Dias da Costa Villas. **Comandante do Exército teme que crime organizado no Brasil 'caminhe para situação como a do México'**. G1. São Paulo, 2018b. Disponível em: Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualizada até a EC n. 97/2017. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Exército. Comando Militar da Amazônia. **Guia do Comandante de Fronteira**. Manaus, AM, 20

BRASIL. Exército. Estado Maior. **EB20-MC-10.212**: Operações Especiais. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército. Estado Maior. **EB70-MC-10.305**: O Comando de Operações Especiais. 1. ed. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm> Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. Brasília, 2007, 272p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Quadros Resumo de Fronteiras**. Brasília, DF, 2018. Acesso em: 02 mar. 2018.

CASSÂNEGO, Guilherme André. O emprego dos Pelotões Especiais de Fronteira no combate aos ilícitos transfronteiriços e a ampliação de suas capacidades por meio do SISFRON. **Revista Agulhas Negras**, ano 1, n. 1, v. 1, p. 11-16. Resende, 2017.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Artigo científico: Um problema de fronteiras: a Amazônia no contexto das redes ilegais do narcotráfico. **Perspectiva Geográfica**, Londrina, v. 06, n. 7, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9165/6771>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. A Geografia do Narcotráfico na Amazônia. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 03, n. 01. Londrina, 2017.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. A Geografia do Narcotráfico na Amazônia. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 03, n. 01. Londrina, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 296 páginas, 2010

DUNNIGAN, James. **Ações de Comandos**. Trad. Solution Consult Idiomas Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Brasileiro, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OPERAÇÃO ÁGATA. **Ministério da Defesa**, Brasília. Disponível em: Acesso em: 22 mar. 2018a.

OPERAÇÃO Curare VIII tem foco em armas e drogas ilícitas. **DefesaNet, Brasília, DF**, 29 de jun. 2017. Disponível em: Acesso em: 23 mar. 2018b.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. Artigo Científico: O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular. **PADECEME**. n. 16. 3º quadrimestre. Rio de Janeiro, RJ, 2007.

PREGNOLATO FILHO, .**O papel do Exército Brasileiro no combate ao tráfico internacional de drogas.**

RODRIGUES, Thiago. A Infindável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 02, n.16, p.102-111, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico, uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2. ed, 2014.

SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA DO CMA, 2015. **Levantamento Estratégico de Área do CMA**. Exército Brasileiro. Manaus: 2ª Seção.

SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1973.

SOARES, Teixeira. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012.

SPUTNIKNEWS. **Rotas do tráfico que abrangem toda a Amazônia**. 2018. Acesso em: 20 mar. 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 01

O presente instrumento é parte integrante do Trabalho de conclusão de curso (TCC) do Cap Aluno Rafael Fernandes da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

O trabalho versa sobre o tema: **“AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS COMO FATOR MULTIPLICADOR DE FORÇA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO”**.

O CMA constantemente vem sendo empregado em operações de combate ao narcotráfico na faixa de fronteira. Diante disso, tropas do COpEsp estão sendo empregadas como multiplicador de força junto aos PEF, a fim de aprimorar sua operacionalidade.

Do exposto, o problema que se pretende solucionar é: **“ Em que medida o emprego das Forças de Operações Especiais no adestramento específico dos PEF contribuiria para elevar o emprego destes no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira amazônica? ”**

PARTE 1 – Informações Gerais

1. Qual o seu posto/graduação?

2. O senhor já participou de operações de adestramento para Op de combate ao narcotráfico de algum BIS?

() Sim. Quando? _____ () Não

PARTE 2 – Resultados obtidos

1. Numa escala de 1 a 10, como o senhor avalia o aproveitamento das instruções por parte da tropa?

(_____)

2. Quais instruções foram ministradas?

() Saúde Op () Comunicações () Abordagem a embarcação

() Regras de engajamento () Revista de pessoal () Tiro embarcado ()
 Outras: _____.

3. Como o senhor avalia a importância desse tipo de adestramento para a tropa de infantaria de selva?

() Essencial () Muito importante () Pouco relevante () Irrelevante

4. Numa escala de 1 a 10, como o senhor avalia as TTP da tropa antes do adestramento?

(_____)

5. Numa escala de 1 a 10, como o senhor avalia as TTP da tropa após o adestramento?

(_____)

6. Numa escala de 1 a 10, o senhor acredita que houve melhora/evolução na atenção com relação a segurança da tropa nos seguintes procedimentos específicos: manuseio do armamento, procedimento dentro da embarcação, procedimento a abordar uma embarcação suspeita, revista e conduta com civil?

(_____)

7. Em relação à duração do adestramento, quanto tempo o senhor avalia como ideal para o adestramento das FOpEsp à tropa de infantaria de selva?

() 1 semana () 15 dias () 1 mês () Outro: _____

PARTE 3 – Conclusão

1. De acordo com a sua experiência, quais as vantagens para a tropa de infantaria de selva em ter um apoio de Forças Especiais durante seu adestramento?

2. Quais as desvantagens para o elemento de Forças Especiais em participar de missões desse tipo?

3. Quais as instruções o senhor visualiza serem ministradas para os PEF?

4. Caso o senhor deseje realizar alguma contribuição ou observação acerca do tema em estudo, utilize o espaço abaixo.

Obrigado pela colaboração.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 02

O presente instrumento é parte integrante do Trabalho de conclusão de curso (TCC) do Cap Aluno Rafael Fernandes da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

O trabalho versa sobre o tema: **“AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS COMO FATOR MULTIPLICADOR DE FORÇA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO”**.

O CMA constantemente vem sendo empregado em operações de combate ao narcotráfico na faixa de fronteira. Diante disso, tropas do COpEsp estão sendo empregadas como multiplicador de força junto aos PEF, a fim de aprimorar sua operacionalidade.

Do exposto, o problema que se pretende solucionar é: **“ Em que medida o emprego das Forças de Operações Especiais no adestramento específico dos PEF contribuiria para elevar o emprego destes no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira amazônica? ”**

PARTE 1 – Informações Gerais

1. Qual o seu posto/graduação?

2. O senhor serviu em qual OM?

() 5° BIS () 8° BIS

3. O senhor já participou de adestramento conduzido por elementos de Forças Especiais?

() Sim Quando? _____ () Não

PARTE 2 – Resultados obtidos

1. Numa escala de 1 a 10, como o senhor avalia o aproveitamento das instruções por parte da tropa? (_____)

2. Quais instruções foram ministradas?

- Saúde Op Comunicações Abordagem a embarcação
 Regras de engajamento Revista de pessoal Tiro embarcado
 Outras: _____.

3. Como o senhor avalia a importância desse tipo de adestramento?

- Essencial Muito importante Pouco relevante Irrelevante

4. Numa escala de 1 a 10, como o senhor avalia o nível operacional da tropa antes do adestramento? (_____)

5. Numa escala de 1 a 10, como o senhor avalia o nível operacional da tropa após o adestramento? (_____)

6. Numa escala de 1 a 10, o senhor acredita que houve melhora/evolução na atenção com relação a segurança da tropa nos seguintes procedimentos específicos: manuseio do armamento, procedimento dentro da embarcação, procedimento a abordar uma embarcação suspeita, revista e conduta com civil?

- melhorou muito não alterou piorou

7. Sobre a duração do adestramento, quanto tempo o senhor avalia como ideal?

- 1 semana 15 dias 1 mês Outro: _____

8. Após o adestramento, a quantidade de drogas apreendidas pelo PEF:

- Aumentou Não alterou Diminuiu

9. O senhor poderia quantificar essa mudança de drogas apreendidas antes e depois do adestramento?

10. Qual frequência o senhor avalia que seria ideal acontecer um adestramento desse tipo com elementos de Forças Especiais?

- trimestral semestral anual outro _____

PARTE 3 – Conclusão

1. De acordo com a sua experiência, quais as vantagens do adestramento conduzido por elementos de Forças Especiais?

2. Quais as desvantagens desse tipo de adestramento conduzido por Forças Especiais?

3. Quais instruções o senhor visualiza serem ministradas ao PEF por elementos Forças Especiais?

4. Caso o senhor deseje realizar alguma contribuição ou observação acerca do tema em estudo, utilize o espaço abaixo.

Obrigado pela colaboração.